



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE GEOGRAFIA

TAÍS ANDRIELI RAMME SCHOENBERGER

**MAPEAMENTO E ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS
ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO BÁSICA EM
CHAPECÓ (2022)**

CHAPECÓ
2022

TAÍS ANDRIELI RAMME SCHOENBERGER

**MAPEAMENTO E ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS
ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO BÁSICA EM
CHAPECÓ (2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia - Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para aprovação no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientador: Prof. Dr. Ederson Nascimento

CHAPECÓ

2022

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Schoenberger, Tais Andrieli Ramme
MAPEAMENTO E ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS
ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO BÁSICA EM
CHAPECÓ (2022) / Tais Andrieli Ramme Schoenberger. --
2022.

56 f.:il.

Orientador: Doutor em Geografia Ederson Nascimento

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Geografia, Chapecó, SC, 2022.

1. Urbanização. 2. Políticas Públicas. 3. Educação
Básica. 4. Saúde. I. Nascimento, Ederson, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

TAÍS ANDRIELI RAMME SCHOENBERGER

**MAPEAMENTO E ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS
ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO BÁSICA EM
CHAPECÓ (2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia - Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para aprovação no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientador: Prof. Dr. Ederson Nascimento

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 30/08/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ederson Nascimento – UFFS
Orientador

Prof. Dr. Eduardo von Dentz – UFFS
Avaliador

Prof.^a Dra. Larissa Hermes Thomas Tombini – UFFS
Avaliadora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por me dar forças, desde os primeiros passos dados, e por não me deixar desistir nos momentos difíceis.

Aos meus pais Mário (em memória) e Rose, que são meus exemplos e minha inspiração, o meu muito obrigado especialmente a minha mãe que sempre me apoiou, sendo meu suporte, acreditou em mim e jamais me deixou sozinha. Aos meus irmãos Luíz e Ricardo, por acreditar no meu potencial, agradecer em especial a minha irmã Marcia, que me ajudou para que eu entrasse em uma universidade pública como a UFFS.

Quero agradecer meu marido César, obrigada por tudo, por estar sempre comigo nos momentos felizes e frustrantes da graduação, pela paciência, companheirismo, amor, e ajuda com meus estudos, em especial durante o período de elaboração do TCC.

Agradecer aos colegas do curso, pelos momentos juntos, pelo companheirismo, amizade e risadas. Em especial, quero agradecer aos meus amigos/colegas: Andiara Book, Daniel Picoloto, Eduardo Costa, Naísa Spagnol, e meu amigo e companheiro para (quase) todos os trabalhos, Tiago Dalmora.

Agradecer também a Universidade Federal da Fronteira Sul, pela oportunidade de estudar em uma universidade pública gratuita com ensino de qualidade, vida longa á UFFS!

Aos professores (as) do curso de Geografia da UFFS - Chapecó, pelo conhecimento e aprendizado. Agradecer em especial ao meu orientador professor Dr. Ederson, pela paciência, pelo conhecimento, tempo dedicado a orientação deste trabalho, e sobre aceitar ser meu orientador.

RESUMO

As desigualdades socioespaciais se fazem cada vez mais presentes na configuração do espaço geográfico, reflexo do mundo globalizado. É fundamental ao geógrafo perceber a presença dos fenômenos atrelados às injustiças sociais e ressaltar a importância do Estado no combate às desigualdades. Os objetivos deste Trabalho de Conclusão de Curso consistem no mapeamento de dados relacionados à localização dos estabelecimentos públicos de saúde e educação básica do município de Chapecó, para verificar sua distribuição espacial no território. Além de discorrer acerca da presença das políticas públicas no município, a questão do acesso aos serviços, mobilidade e disponibilidade dos serviços é discutida com apoio de material teórico de Milton Santos, que traz importantes reflexões sobre o tema de modo geral. O caminho metodológico, primeiramente consiste em leituras e discussões sobre urbanização e seus conceitos, que atrelados ao tema, permitem refletir sobre a dinâmica urbana atual de Chapecó. Em segundo momento, com o levantamento dos dados e o posterior mapeamento permite uma leitura visual da distribuição dos estabelecimentos no espaço geográfico. A partir disso, a discussão e mensuração dos dados é apresentada verificando as discrepâncias quanto ao acesso aos serviços por parte das populações mais carentes. Por fim, o tema contribui na compreensão do pensamento geográfico, assumindo importância face ao entendimento das desigualdades e a necessidade de políticas públicas eficientes.

Palavras-chave: Crescimento Urbano; Políticas Públicas; Desigualdades Socioespaciais; Chapecó.

ABSTRACT

Socio-spatial inequalities are increasingly present in the configuration of geographic space, a reflection of the globalized world. It is essential for the geographer to perceive the presence of phenomena linked to social injustices and to emphasize the importance of the State in the fight against inequalities. The objectivity of this Course Completion Work consists of mapping data related to the location of public health and basic education establishments in the municipality of Chapecó, to verify their spatial distribution in the territory. In addition to discussing the presence of public policies in the municipality, the issue of access to services, mobility and availability of services is discussed with the support of theoretical material by Milton Santos, which brings important reflections on the topic in general. The methodological path, firstly, consists of readings and discussions about urbanization and its concepts, which, linked to the theme, allow us to reflect on the current urban dynamics of Chapecó. Secondly, with the data collection and subsequent mapping, it allows a visual reading of the distribution of establishments in the geographic space. From this, the discussion and measurement of data is presented, verifying the discrepancies regarding access to services by the most needy populations. Finally, the theme contributes to the understanding of geographic thinking, assuming importance in the face of understanding inequalities and the need for efficient public policies.

Keywords: Urban Growth; Public policy; Sociospatial Inequalities; Chapecó

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Evolução da população no município de Chapecó (1940-2010)

17

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Chapecó: Região de Influência (IBGE, 218)	20
Figura 2 – Densidades demográficas na área urbana de Chapecó (2010).	36
Figura 3 – Percentual de chefes de família com rendimento mensal igual ou superior a dez salários mínimos	37
Figura 4 – Percentual de chefes de família com rendimento mensal de até dois salários mínimos	38
Figura 5 – Distribuição espacial dos estabelecimentos públicos de saúde no município de Chapecó.	41
Figura 6 – Distribuição espacial dos estabelecimentos públicos de saúde na área urbana de Chapecó.	42
Figura 7– Chapecó e seus distritos.	46
Figura 8 – Distribuição espacial dos estabelecimentos públicos de educação (creches) em Chapecó – 2022	48
Figura 9 – Chapecó: distribuição espacial das escolas de educação básica municipais e estaduais.	49
Figura 10 – Chapecó: distribuição espacial das escolas de educação básica municipais e estaduais – área urbana.	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
SUS	Sistema Único de Saúde
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CIDASC	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
CNPSA	Centro Nacional de Pesquisas de Suínos e Aves
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
SIG	Sistema de Informações Geográficas
PDC	Plano Diretor Chapecó
BRF	Brasil Foods S.A.
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
CSF	Centro de Saúde da Família
CEIM	Centro de Educação Infantil Municipal
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	APONTAMENTOS TEÓRICOS ACERCA DAS CARACTERÍSTICAS DOS ESPAÇOS URBANOS.....	13
2.1	REFLEXÕES SOBRE URBANIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E ESPACIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	13
2.2	CONTEXTUALIZAÇÃO DA CIDADE DE CHAPECÓ	19
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS E OFERTA DE SERVIÇOS E SUA IMPORTÂNCIA SOCIOESPACIAL NO CONTEXTO DE CHAPECÓ	24
2.4	DISPONIBILIDADE, MOBILIDADE E ACESSO AOS SERVIÇOS.....	27
2.5	O GEOPROCESSAMENTO E SUA IMPORTÂNCIA PARA ANÁLISE GEOGRÁFICA	29
3	ESPACIALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO EM CHAPECÓ.....	31
3.1	OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO .	31
3.2	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE EM CHAPECÓ.....	39
3.3	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA	44
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
5	REFERÊNCIAS	54

1. INTRODUÇÃO

Se por um lado o crescimento das cidades gera oportunidades de empregos e renda para as pessoas, por outro gera diversos problemas urbanos, que são agravados quando o Estado não consegue atender as demandas de sua população, resultando em desigualdades socioespaciais presentes sobretudo nas cidades médias e grandes. A exclusão social das populações carentes torna-se importante objeto de estudos para a ciência geográfica, pois o espaço é constantemente transformado por fenômenos políticos, físicos, sociais e econômicos. Os processos relacionados a industrialização, modernização do meio rural e industrial, contribuem com o acentuado êxodo rural da década de 1960, contribuiu para os “inchaços urbanos”, a população agrícola, foi para as cidades em busca de emprego e melhores condições de vida, pois a recém chegada industrialização era promessa de crescimento e desenvolvimento do país (SANTOS, 2001; 2009).

Em Chapecó, os problemas urbanos são percebidos na paisagem, o centro desenvolvido, que passa a imagem com edifícios de alto padrão, não consegue esconder as disfunções da pobreza presente no território, alguns bairros historicamente sofrem com problemas relacionados à habitação, saneamento básico, segurança, transporte.

Portanto, este estudo contribui para análises geográficas acerca da distribuição espacial dos estabelecimentos públicos de saúde e educação, a distribuição de tais estabelecimentos permite refletir sobre territorialidade e a importância das políticas públicas para os cidadãos. Desse modo, o poder público municipal e estadual são importantes agentes no combate às injustiças sociais, as políticas públicas - sejam elas em formas de leis, planos diretores, decretos ou sanções, devem ser tomadas tendo em vista a garantia do bem estar coletivo no acesso e oferta aos serviços.

Os caminhos metodológicos para elaboração deste trabalho, seguem em etapas, em primeiro momento é realizado um levantamento teórico de autores da geografia que em muito contribuem com suas reflexões sobre os espaços urbanos, dessa forma, faz-se uso de leituras de Milton Santos (2001; 2002; 2009; 2013), Roberto Lobato Corrêa (1989), que apontam sobre a urbanização brasileira. Para analisar a área de estudos de Chapecó, Alba (2001) e Nascimento (2015; 2017) em muito contribuem para entender o espaço chapecoense. O segundo momento da pesquisa consiste no levantamento de dados por meio de pesquisas em internet, Open Street Map, sobre a localização dos estabelecimentos públicos de saúde e educação. A terceira etapa

consiste na contextualização e mensuração dos dados obtidos nos dois primeiros momentos de pesquisa.

Ademais, o objetivo central do trabalho está em compreender e analisar como ocorre a distribuição dos estabelecimentos públicos de saúde e educação em Chapecó. Já os objetivos específicos norteiam em torno das eventuais discrepâncias percebidas quanto a manifestação das políticas públicas no território e verificar como estes são agentes importantes para garantir condições de cidadania à população.

Todavia, o presente trabalho está organizado em dois capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma discussão teórico-metodológica sobre o tema, discutindo acerca do crescimento populacional de Chapecó – em recortes temporais a partir da década de 1960, bem como são apresentados conceitos de políticas públicas, acessibilidade, disponibilidade, mobilidade e contribuições do geoprocessamento para compreensão do pensamento geográfico.

Por fim, no segundo capítulo, são apresentadas discussões a partir do mapeamento dos dados, refletindo sobre a distribuição espacial dos estabelecimentos públicos de saúde e educação sendo analisados pela territorialidade de cada lugar, considerando o fator de renda como um fator importante de distribuição e oferta de serviços.

1 APONTAMENTOS TEÓRICOS ACERCA DAS CARACTERÍSTICAS DOS ESPAÇOS URBANOS

O capítulo inicial apresenta em primeiro momento conceitos e reflexões teóricas sobre os espaços urbanos e urbanização brasileira. Partindo dos apontamentos de Corrêa (1989) e Santos (2013), os espaços urbanos são fragmentados e ao mesmo tempo articulados. No segundo momento são apresentados apontamentos importantes sobre as características e efeitos da urbanização em Chapecó, verificando a presença de espaços segregados e desigualdades sociais e a importância das políticas públicas para a construção da cidadania.

Ademais, ao verificar as questões relacionadas as dinâmicas econômicas ou populacionais, em Chapecó, deve-se considerar um fator geográfico importante: o contexto regional em que tal município se encontra, trata-se de refletir que os contextos históricos de formação e localização geográfica interferem na organização do território.

1.1 REFLEXÕES SOBRE URBANIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E ESPACIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Considerando que a sociedade do sistema econômico capitalista na qual estamos inseridos é essencialmente produtora de desigualdades e organizada em um sistema econômico voltado à obtenção de lucros por meio da exploração de mão-de-obra (mais-valia), quem detém o capital e o poder são poucos, sendo essencial investigar as carências sociais presentes no mundo globalizado. Constituem-se na sociedade as classes sociais, onde a burguesia é a classe social que detém o capital e os lucros, logo, a burguesia exerce relações de poder, especialmente econômico, sobre a classe considerada inferior, o proletariado, que é a classe trabalhadora, a que produz as mercadorias e a que presta serviços a burguesia e que está mais à face da desigualdade (SPOSITO, 2010).

Os espaços urbanos são resultados da efetivação do sistema capitalista, desde as relações culturais de um povo, até especialmente nas atividades econômicas e relações comerciais dos povos entre si. Dessa forma, Santos (2009), aponta que “é a partir do século XVIII que a urbanização se desenvolve [...]. Mas foi necessário ainda mais um século para que a urbanização

atingisse sua maturidade, no século XIX, e ainda mais um século para adquirir as características com as quais conhecemos hoje” (SANTOS, 2009, p.21 e 22).

A urbanização no Brasil, para Santos (2009) é definida como tardia e rápida. Tardia pois outros países já haviam passado pelo processo de urbanização décadas antes, e rápida pois ocorre de forma rápida e desordenada, sem planejamento, como na maioria dos casos dos países em desenvolvimento. O Brasil conheceu realmente o fenômeno da urbanização anos após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando as atividades industriais começaram a marcar presença em território brasileiro. Com apoio do Estado, crescem os números de empresas transnacionais no Brasil, os investimentos iniciais e incentivos às indústrias aconteceram ainda no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1955-1960), por meio do “Plano de Metas”, cujo principal objetivo era o desenvolvimento econômico, por isso, indústrias diversas de capital estrangeiro receberam incentivos para investir seu capital no Brasil.

Porém o principal “boom”, do crescimento industrial e posterior crescimento urbano está atrelado ao chamado “milagre econômico”, do período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), quando os militares, por meio do golpe de 31 de março de 1964, assumem o poder e o comando, sob a justificativa plena de “ameaça comunista”.

Os governos militares, combinando uma ideologia de modernização produtiva “a qualquer custo”, fomentam ainda mais a industrialização nas maiores cidades do país (sobretudo em São Paulo) e em algumas cidades de porte médio no interior do país (vistas como possíveis “polos de crescimento”), em regiões com potencial de desenvolvimento da agropecuária capitalizada (SANTOS, 2009), como foi o caso de Chapecó, no Oeste de Santa Catarina (NASCIMENTO et al., 2021). Com a modernização do campo brasileiro, através da inserção de máquinas modernas e equipamentos para as lavouras, uso de fertilizantes químicos, aumenta-se a produtividade no campo, produzindo mais alimentos com menos quantidade de mão de obra, este fato contribuiu para que muitas famílias saíssem do campo para as cidades (especialmente as com maior dinamismo econômico) em busca de empregos nas recentes indústrias e buscam por melhores condições de vida.

Desse modo, Santos (2009) entende que:

o termo *industrialização* não pode ser tomado aqui em seu sentido escrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações [...] e ativa o próprio processo de urbanização (SANTOS, 2009; p. 30).

Isso significa que, ao se aumentar as atividades industriais no país, muda-se a organização estrutural da sociedade, pois as atividades industriais aumentaram a produção dos mais variados produtos, geração de empregos e uso de técnicas, transformando o espaço geográfico para atender as demandas de expansão do capital. Certamente a intensificação das atividades industriais contribuiu para que a urbanização ocorresse de forma rápida, pois a oferta de empregos com a chegada das indústrias atrai as populações para as áreas urbanas que concentram as atividades industriais, estas por vezes estão localizadas geograficamente de modo estratégico, conforme mencionado anteriormente por Santos (2009), não se pode tratar a industrialização apenas no seu termo industrial, por isso as fases dos processos da industrialização muito tem a ver com os processos econômicos mundiais.

Ademais, a urbanização brasileira de fato foi desorganizada, pois não houve planejamento efetivo por parte do Estado brasileiro (SANTOS, 2009). Este fato resulta em disparidades sociais visíveis (especialmente nas grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro), pois as cidades, sem planejamento urbano adequado não estavam organizadas para “abraçar” toda essa nova população. Surgem diversos problemas urbanos socioeconômicos estruturais e sociais, criando assim, grandes centros (condomínios fechados, casas e apartamentos de luxo, áreas privativas de lazer, negócios) e não muito distante do centro, encontram-se as periferias (favelas, cortiços, subúrbios).

Dessa forma, a cidade torna-se produtora de espaços desiguais, e nas palavras de Harvey (2011, p. 143), “a qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria para aqueles com dinheiro, assim como a própria cidade [...], tornaram-se os principais aspectos da economia política do desenvolvimento urbano”, ou seja, a lógica dinâmica do capitalismo é o consumo, e este está atrelado a urbanização e a globalização. Portanto, todos têm a liberdade de consumir produtos e serviços, do mundo globalizado, mas somente o fará quem tiver condições (dinheiro).

Em contrapartida, à distribuição desigual dos bens e serviços, surgem na sociedade agentes de estrutura social que objetivam suprir as demandas das populações mais carentes da sociedade, denominadas políticas públicas. Conforme aponta Castro (2012, citado por Teixeira, 2017, p.178), as políticas públicas se caracterizam como as “ações no território de uma instituição política por excelência, o Estado”. Logo, estas políticas se materializam no espaço, em forma de ações tomadas pelos órgãos governamentais para diminuir desigualdades socioespaciais, seja se tratando de uma comunidade, de uma cidade, de um estado ou do país de forma geral. As ações tomadas pelo Estado, em forma de políticas públicas visam atender as

demandas do espaço público, garantidas pela Constituição Federal, tanto rural como urbano, em esferas municipais, estaduais e federal (BRASIL, 1988).

O espaço geográfico e às relações que nele se estabelecem, tornou-se importante objeto de pesquisa da ciência geográfica, permitindo aos geógrafos compreender as diferentes relações que nele se estabelecem por meio da interação entre a sociedade e a natureza. Desse modo, os geógrafos são capazes de perceber os fenômenos naturais, sociais, políticos, culturais e econômicos que surgem no espaço, pois estes são frutos do próprio espaço, que é produzido pela interação desses fenômenos, cabendo aos geógrafos interpretá-los para combater as injustiças sociais do mundo globalizado.

Assim, em linhas gerais, o cerne deste trabalho está em compreender a distribuição socioespacial por meio do mapeamento dos serviços de saúde e educação básica para avaliar a efetividade das políticas públicas em Chapecó, verificando se há discrepâncias quanto à distribuição de equipamentos públicos de saúde e educação, e discorrer se estes acompanharam o rápido crescimento da cidade nos últimos anos.

Em vista disso, ao analisar possíveis discrepâncias quanto à distribuição socioespacial dos equipamentos públicos nas áreas rurais, centrais urbanas ou dos bairros, por meio de um olhar geográfico, busca-se compreender o papel que a Ciência Geográfica assume na questão das políticas públicas, em particular no município de Chapecó.

Inicialmente, devemos partir de breves análises sobre como ocorreu no passado a organização e desenvolvimento do lugar em pesquisa. Para isso, torna-se importante um breve resgate histórico sobre os primeiros passos da urbanização em Chapecó, partindo da década de 1960, período que têm início a urbanização (ALBA, 2001). Porém, o fenômeno se acentuou especialmente nas décadas seguintes de 70 e 80, a partir da maior e efetiva presença agroindustrial no município, fato que foi possível devido a uma série de investimentos em infraestruturas por parte do poder municipal, estadual e federal (NASCIMENTO, 2015).

A compreensão do passado permite ao geógrafo compreender a organização do espaço no momento presente, uma vez que o presente é, em parte, reflexo dos acontecimentos do passado. Este não pode ser ignorado para se compreender o presente, assim, como afirma Santos (2002, p. 140), “em cada qual dos seus momentos, o processo social envolve uma redistribuição dos seus fatores. E essa redistribuição não é indiferente às condições preexistentes, isto é, às formas herdadas, provenientes de momentos anteriores”.

A tabela 1, apresenta dados relacionados à dinâmica populacional do município de Chapecó dos anos 1960 até o ano 2010 (últimas cinco décadas). Ao verificar o expressivo aumento populacional desde a década de 40, em todos os anos subsequentes nota-se que

Chapecó continuou apresentando crescimento populacional significativo¹. Em nenhuma década posterior a cidade registrou perda de habitantes (NASCIMENTO, 2015).

Tabela 1 - Evolução da população no município de Chapecó (1940-2010)

Ano	População total	População urbana		População rural	
		Absoluta	%	Absoluta	%
1940	44.327	4.128	9,3	40.199	90,7
1950	96.604	9.736	10,1	86.868	89,9
1960	52.089	10.939	21	41.150	79
1970	49.865	20.275	40,7	29.590	59,3
1980	83.765	55.269	66	28.499	34
1991	123.050	96.751	78,6	26.299	21,4
2000	146.967	134.592	91,6	12.375	8,4
2010	183.530	168.159	91,6	15.417	8,4

Fonte: Nascimento (2015), a partir de dados do IBGE (censos demográficos 1940-2010).

O crescimento populacional urbano é acompanhado pela perda de habitantes do campo. Dentre outros fatores atrelados à modernização agrícola, a implementação de máquinas e equipamentos reduz a mão de obra necessária para realizar as atividades. Acompanhadas pelas políticas de incentivo agroindustrial, as atividades no campo são acompanhadas inclusive por parcerias entre empresas cooperativas e produtores rurais (parcerias). Quando verificamos o percentual de população rural de Chapecó (vide tabela 1), percebe-se que esta foi perdendo habitantes em relação a cada ano anterior. Este fato pode estar atrelado à modernização e financiamentos exigida por parte das empresas. Em tal contexto, muitas famílias abandonaram o campo pois não conseguiam pagar por esses financiamentos, e migraram para a cidade com o objetivo de trabalhar nas indústrias, que passavam a ideia de estabilidade com salário pago todo mês (ALBA, 2001).

Entre fatores atrelados a consolidação das atividades do setor agroindustrial de Chapecó, destacam-se os investimentos públicos da esfera estadual², investimentos agrícolas

¹ A tabela 1, que representa o crescimento populacional de Chapecó dos anos 1940 a 2010, demonstra que em todos os anos houve um crescimento urbano populacional, todavia nos anos 60 e 70 o percentual total de população apresenta quedas, esse fato se explica devido ao desmembramento/ emancipação político-administrativamente de diversos municípios que antes pertenciam a Chapecó.

² O papel que o governo do estado de Santa Catarina desempenhou tinha como objetivo expansão do capital, desenvolvendo e transformando o espaço a favor do capital. Foram criados importantes centros de pesquisas e desenvolvimento das quais ainda hoje se fazem presentes no território, empresas como: EPAGRI (Empresa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina); CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina); EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária); CNPSA (Centro Nacional de Pesquisas de Suínos e Aves), entre e outras diversas empresas (ALBA, 2001).

(maquinários e equipamentos); melhoria de infraestrutura (estradas e rodovias de acesso). Desse modo, Alba (2001, p. 309) aponta que: “essas políticas do Estado favoreceram diretamente as agroindústrias e têm subjacente o objetivo de fazer com que o capital encontre maneiras de explorar todos os espaços, fazendo uso das características naturais e sociais dos lugares”, ou seja, a paisagem e o espaço foram sendo transformados para a (re)produção do capital, especialmente para a região oeste catarinense, que, devido as condições de relevo e o difícil acesso com o restante do estado, apresentava baixa população. Políticas de colonização do oeste receberam incentivos por parte do estado e de empresas privadas, desde madeireiras até agroindústrias, que tinham como objetivo habitar e colonizar a região que apresentava um vazio demográfico (ALBA, 2001; BRANDT, 2015).

Portanto, cabe ao Estado, por meio de políticas públicas eficientes, garantir o acesso a infraestruturas e serviços como saúde, transporte, segurança, saneamento básico e moradia para sua população. A ciência geográfica assume papel importante ao analisar o espaço geográfico, pois o olhar de um geógrafo deve ser capaz de perceber as utopias presentes nas diferentes fases históricas da sociedade, uma vez que os fenômenos sociais não acontecem de forma fragmentada e isolada (HARVEY, 2011), o espaço geográfico deve ser compreendido entendendo e considerando a presença de diferentes fenômenos espaciais e temporais.

O espaço urbano torna-se rapidamente desigual, promovendo inúmeras injustiças sociais e econômicas, resultado da ação do sistema capitalista e ainda mais intensificada no mundo globalizado, do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2001) que na sua produção de lucros para uma pequena classe burguesa, favorece aqueles que detém o capital, e marginaliza grande parte do proletariado, que fica a mercê do acesso e à oferta dos serviços (SPOSITO, 2010).

Ainda, conforme aponta Santos (2009, p.23) “A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista.” Portanto, para entender os problemas estruturais urbanos, deve-se considerar dois elementos fundamentais, que Santos (2009, p.23) chama de: “o estado das técnicas e o estado da política”.

A presença da técnica tem se intensificado cada vez mais, especialmente no fim do século XX e início do século XXI, o avanço se dá pela técnica de informações (internet), que permite ao sistema de informações, por meio das redes, transmitir informações a longas distâncias, desde noticiários ao vivo, de qualquer parte do globo, até a expansão comercial entre as nações de diferentes partes do globo (SANTOS, 2001 e 2009).

A urbanização está proporcionalmente condicionada a globalização, pois todas as cidades, principalmente as metrópoles, têm seu crescimento urbano relacionado à capacidade

que possuem de manter relações comerciais econômicas com as demais, especialmente as cidades consideradas médias e grandes. Assim como, no caso brasileiro, a urbanização aconteceu de forma tardia (SANTOS, 2001), não houve desenvolvimento por maior parte da população brasileira de fato, logo, a pobreza urbana é um fenômeno presente em inúmeras cidades brasileiras e a ineficácia do poder público, quanto às políticas públicas diversas, torna a cidade um espaço extremamente produtor de desigualdades.

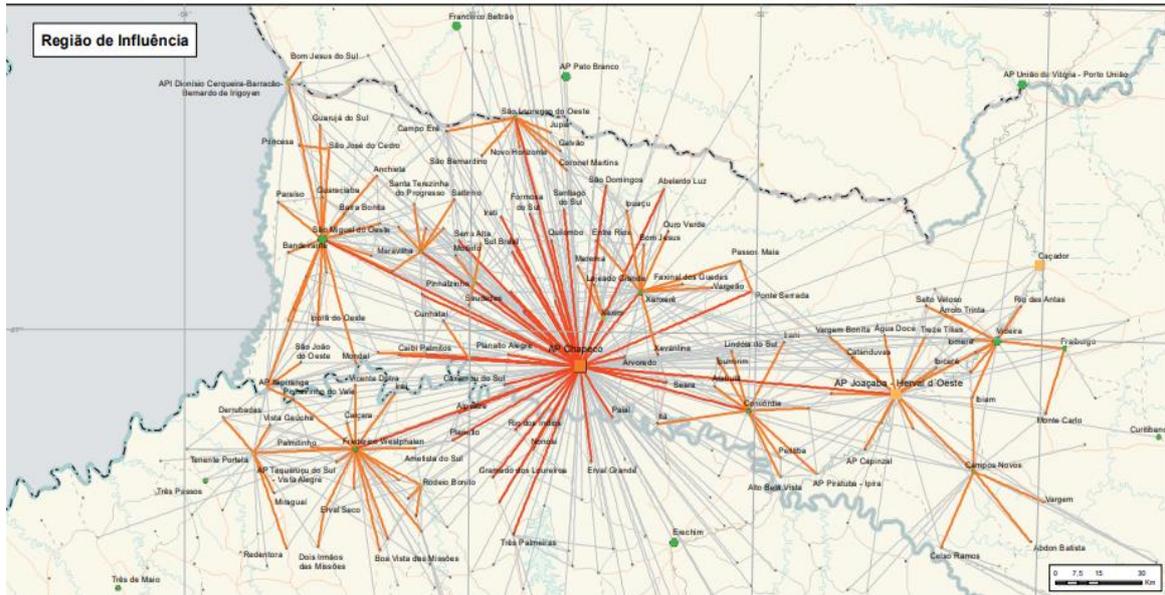
Sendo assim, se a urbanização remonta ao crescimento das cidades, vale questionar acerca da pobreza urbana, qual o fator que determina a pobreza? Conforme aponta Santos (2001, p. 30) “a pobreza viria do fato de um país passar por um crescimento sem que nele haja um desenvolvimento”. Isso significa, que no caso brasileiro de fato, há uma necessidade de transformação das estruturas sociais, pois se de um lado houve crescimento econômico das cidades, aumentando o número de ricos, grandes contingentes populacionais pobres continuam a configurar a face desigual do sistema capitalista. Desse modo, a urbanização do mundo globalizado apresenta alguns problemas, tais como: desemprego, exclusão social, econômica e política.

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA CIDADE DE CHAPECÓ

O município de Chapecó, conforme dados do IBGE, apresentou, especialmente nos últimos 20 anos um elevado crescimento econômico, destacando-se inclusive como um polo agroindustrial de referência para o Oeste catarinense, consolidando sua centralidade regional (IBGE, 2020). Na figura 1, apresenta-se a região de influência da cidade de Chapecó³ em 2018 segundo o IBGE, que abrange cidades da mesorregião oeste catarinense, bem como sobre algumas cidades do Rio Grande do Sul e sudoeste do Paraná. Como afirma Gretzler (2011, p. 17), “Chapecó constitui-se como um polo regional, e a partir da hierarquia urbana, se apresenta como um nó importante da rede urbana” para a mesorregião Oeste catarinense.

³ Uma região de influência é classificada como a capacidade que um centro urbano possui de atrair pessoas, sejam motivos econômicos, educacionais, lazer, ou seja, são diversos os fatores de atração de bens e serviços que os centros urbanos têm a oferecer para a população (IBGE, 2018).

Figura 1: Chapecó – Região de Influência.



Fonte: IBGE – Região de Influência das Cidades (2018).

Em que pese o seu crescimento e destaque regional, a urbanização de Chapecó, do mesmo modo que a urbanização geral do país, se deu reproduzindo desigualdades socioespaciais. A esse respeito, Nascimento (2015, p. 109) aponta que: “o crescimento populacional urbano [em Chapecó], causado pela busca por emprego, não ocorreu de forma assistida em termos de provimento de políticas públicas sociais”, resultando em problemas sociais na falta de acesso as infraestruturas capazes de atender as demandas das populações carentes.

O crescimento populacional é induzido por fatores atrativos de determinada cidade. Sejam atividades relacionadas à saúde, educação, trabalho ou lazer, cada cidade oferece serviços para diversas populações, umas com maior intensidade e outras em escalas menores, ambas resultam em milhares de movimentos pendulares e movimentos migratórios definitivos, e Chapecó, com o passar dos anos, induziu uma maior diversidade de oferta de bens e serviços, a exemplo da implementação de um *shopping center*, instalações educacionais de ensino superior (UNOCHAPECÓ, UFFS, UNOESC), desencadeiam uma certa dinamicidade que a cidade tende a oferecer, tornando-a atrativa para novas populações (FUJITA, 2015).

Chapecó, teve seu crescimento urbano fortemente atrelado à expansão do setor agroindustrial na mesorregião do oeste catarinense, especialmente nas décadas de 70 e 80, quando a população urbana teve crescimento em ritmo acelerado, devido a instalação das unidades frigoríficas de abate de carnes suínas e aves na mesorregião do oeste catarinense, atraindo novas populações pela oferta de empregos. Anos após, o setor agroindustrial de Chapecó, juntamente com a mesorregião do oeste catarinense, viria a se destacar no mercado nacional e internacional com sua expressiva presença no mercado na produção, e no abate de frangos e suínos, especialmente com as unidades frigoríficas de empresas como AURORA e BRF.

O elevado crescimento agroindustrial na cidade favoreceu e impulsionou também outros segmentos econômicos, principalmente o industrial (embalagens, bebidas e móveis) e comércio de produtos, serviços e mercadorias. O mercado imobiliário de Chapecó também torna-se um fator importante na configuração territorial, sobretudo quando refletimos acerca do uso da terra urbana. A especulação imobiliária é um importante agente criador de espaços segregados, nas cidades capitalistas de modo geral, em Chapecó tal fenômeno torna a paisagem reflexo daqueles que detém de condições financeiras fazem uso dos melhores lugares (seja em aspectos geográficos ou sociais).

A instalação do segmento agroindustrial e a conseqüente consolidação do setor na região oeste catarinense teve uma série de investimentos da iniciativa privada e pública. Dessa forma, como aponta Nascimento (2015, p. 107), “os investimentos públicos e privados geraram efeitos multiplicadores sobre a organização espacial urbana”, isso implicando em uma série de investimentos em infraestruturas e capital financeiro destinados ao território para atender as demandas do crescimento e desenvolvimento do município de Chapecó. Desse modo, quando a população tem aumento significativo, como é o caso de Chapecó, a demanda por serviços públicos, como saúde e educação aumentam consideravelmente.

A centralidade de alguns serviços em Chapecó, torna o município uma região de influência para com as outras cidades, como é o caso do Hospital Regional de Chapecó, ser um hospital público de referência em atendimentos de saúde, que atende milhares de pacientes da mesorregião oeste catarinense. Logo, juntamente com as atividades agroindustriais, se destacam outros setores: rede hoteleira, imobiliária, serviços administrativos, centros financeiros, bancários, serviços de transporte e turismo de negócios. O destaque para Chapecó, segundo dados do IBGE Regic (2018), classificada na hierarquia de influência das cidades, a rede urbana comparada a uma região de influência de Capital Regional B.

Desse modo, o crescimento urbano de Chapecó está atrelado a sua capacidade de desenvolvimento dos serviços agroindustriais e também ao fator regional de crescimento populacional, atraindo novas populações pela oferta de serviços diversos. Assim, Nascimento (2015) aponta que:

Dentre os objetos geográficos que reforçam a centralidade e o papel de comando regional da cidade de Chapecó e contribuem para o seu crescimento, cabe destacar ainda a presença em seu território: de órgãos estaduais de pesquisa e gestão, como a Epagri e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Chapecó; do Hospital Regional do Oeste e do Hospital da Unimed; de diversas instituições de ensino superior, com destaque para as universidades comunitárias Unoesc e Unochapecó, e, mais recente para a UFFS, a primeira universidade federal da região, que entrou em funcionamento em 2010, e o Aeroporto Municipal, que atua como importante nó de conexão aérea, com voos regulares para a capital catarinense e importantes centros urbanos do país (NASCIMENTO, 2015, p.111).

Portanto, para compreender a dinâmica de crescimento atual faz-se necessária a compreensão dos fenômenos históricos, e o fato de Chapecó apresentar crescimento ao longo dos anos está atrelado não somente a um único fator. Podemos afirmar que a presença agroindustrial é sim um importante agente impulsionador do crescimento econômico, gerando empregos e renda para as famílias, porém outros setores atualmente passam a marcar presença em território chapecoense: setores administrativos financeiros e o mercado imobiliário.

Ao falar de crescimento econômico é importante analisá-lo sob suas duas faces: 1) o desenvolvimento ocorreu de fato? 2) Qual é o papel que o Estado assume sob o viés de efetivação das políticas públicas? Conforme apontou Santos (2013, p. 30), “o crescimento seria o simples aumento das quantidades globais. O desenvolvimento seria acompanhado pela transformação das estruturas sociais e mentais”, entretanto a interface do crescimento está ligada ao desenvolvimento, Santos (2013), defende ainda que, o desenvolvimento deveria transformar as estruturas sociais e mentais da população, fato que não ocorre.

É verdade que houve crescimento urbano e econômico em Chapecó, porém não houve desenvolvimento de parte da população, resultado disso são construções em áreas irregulares, falta de infra estruturas, espaços segregados. Em suma, as políticas públicas podem ser notadas em partes, porém ainda há um longo caminho a ser percorrido para diminuir as desigualdades socioespaciais em Chapecó.

Desse modo, o número de desigualdades socioespaciais ⁴ aumenta na medida em que há o crescimento da cidade. Muitos problemas se tornam facilmente visíveis, especialmente nos médios e grandes centros urbanos, onde os índices de desigualdade apresentam maiores números (NASCIMENTO, 2015).

Dessa forma, conforme apontam Hass, Aidana e Badalalotti (2010, p. 67-70):

Além dos problemas sociais e de infraestrutura urbana, [em Chapecó] a insuficiência da estruturação urbana resultou na ocorrência de problemas no trânsito e problemas relacionados à degradação do meio ambiente em função das atividades industriais. Os problemas de infraestrutura enfrentados são urbanização não planejada, habitações precárias [...] falta da rede de esgoto, de saneamento básico, de conservação de estradas; rios poluídos; e áreas ocupadas irregulares, insalubres, de risco, de preservação ambiental.

Visto que os problemas urbanos ocasionados pela falta de um planejamento urbano efetivo, atento às demandas e carências sociais são diversos, a falta de infraestruturas à população torna-se um problema evidente nas cidades médias e grandes. A população que não tem condições de pagar pelos serviços privados, especialmente saúde, habitação e educação fica à mercê da desigualdade socioespacial.

Considerando que o município de Chapecó apresenta crescimento favorável, devemos analisá-lo sob o viés de expansão capitalista (ALBA, 2001, p. 303), isso quer dizer que a sociedade capitalista historicamente em sua organização é produtora de desigualdades. Importante destacar que o crescimento urbano de Chapecó, inicialmente se deu em passos lentos, e conforme aponta (NASCIMENTO, 2015, p. 112), “até meados da década de 1950, o tecido urbano não passava de uma pequena vila, correspondendo a um conjunto de aproximadamente trinta quarteirões da área que atualmente integra a zona central da cidade”.

Contudo, a cidade passa a atrair mais oportunidades, para empresas investirem seu capital, investindo e fortalecendo o setor industrial diverso. A margem do crescimento urbano, está um setor que vem apresentando maior presença no espaço chapecoense: o setor imobiliário. Assim, Reche (2008, p. 54 citado por Nascimento, 2015, p. 117), destaca que o rápido crescimento urbano de Chapecó, conseqüente a instalação das agroindústrias nas décadas de 1960 e 1970, tem como conseqüências a demanda por habitação, cada vez mais intensa, “e o não acompanhamento de ações governamentais, sobretudo no tocante à moradia”, fortalece o

⁴ Na análise geográfica, ao falar em socioespacial, referimo-nos ao espaço em suas relações sociais, conforme a definição adotada por Catalão (2011, p. 179) “o termo *socioespacial* pode ser admitido em referência às relações sociais e ao espaço social”.

surgimento dos bairros operários (EFAPI) de baixa renda que vivem em condições precárias, no tocante à moradia, saneamento básico, saúde, segurança e educação.

Dessa forma, surgem em Chapecó espaços que carecem de investimentos públicos e a falta de infraestrutura básica resulta em espaços socialmente segregados⁵, onde o Estado pouco se faz presente. A demanda por habitação torna-se mais intensa à medida que cresce a especulação imobiliária, pois os empreendimentos imobiliários de grandes prédios e de áreas verdes torna o uso dos espaços urbanos cada vez mais presente, não seguindo mais exclusivamente um padrão horizontal ou vertical. Contudo, conforme aponta Nascimento (2015), "às áreas de periferia se concentram a oeste e a norte do espaço urbano".

Portanto, o crescimento urbano da população pobre em Chapecó não foi, contudo, acompanhado pelas políticas de atendimento à sua demanda no nível intraurbano, sobretudo em relação à moradia, saúde e educação, visto que estas áreas pobres, são as que apresentam os maiores índices de violência e criminalidade, que ao serem marginalizados pela falta de políticas públicas que atendam as demandas sociais carecem de um poder público presente (NASCIMENTO, 2015).

1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E OFERTA DE SERVIÇOS E SUA IMPORTÂNCIA SOCIOESPACIAL NO CONTEXTO DE CHAPECÓ

Tendo em vista que a desigualdade está cada vez mais presente no atual mundo globalizado, surgem na sociedade agentes de serviços públicos que tem sua funcionalidade voltada a tentar suprir as carências das populações que necessitam desses serviços. Conforme destaca HIRSCH (2010, p. 34 citado por Rodrigues 2012, p. 12):

Para entender como as políticas públicas se caracterizam no espaço urbano, ressaltamos que o Estado capitalista, para garantir a propriedade privada, cria e recria leis, normas, planejamentos, planos e programas e: “enquanto aparelho de força possibilita a existência do mercado, através da garantia da propriedade privada e das relações

⁵ Na cidade capitalista, os espaços urbanos tornam-se mercadorias que exercem relações de poder e apropriação dos lugares considerados os melhores para se realizar diferentes ações. Conforme destaca Nascimento (2017, p.106), pode-se entender a segregação socioespacial como uma divisão social do espaço urbano, configurada através da concentração de segmentos sociais em locais específicos da cidade.

jurídicas apoiadas nela, e deve permanentemente intervir no processo mercantil para mantê-lo em funcionamento.”

A trajetória das políticas públicas no Brasil está muito relacionada ao avanço das políticas administrativas e associadas às instituições políticas. Logo, as políticas públicas se tornam resultado das ações do Estado com os seus cidadãos, então, se a cidadania de um povo é comprometida pela ausência ou ineficácia das políticas públicas, é dever do próprio Estado garantir, por meio de efetivas ações públicas de direito e acesso da população aos serviços englobados pelas políticas públicas, ou seja, a implementação das políticas públicas são ações que assegurem condições aos cidadãos. Bem como aponta Andrade (2019, p. 303), “as políticas públicas assumiram, ao longo do tempo, importância cada vez mais expressiva no desenvolvimento do Estado e na vida dos indivíduos, envolvendo ao mesmo tempo a ação governamental e o processo jurídico-institucional de construção da decisão política.

Conforme consta na Constituição Federal Brasileira de 1988, são direitos básicos de todo cidadão e cidadã: saúde, educação, moradia e segurança (BRASIL, 1988). Ora, se tais direitos são classificados como básicos e garantidos por lei normativa constituinte da federação, então por que milhares de famílias carecem pela falta de acesso a moradia, segurança, educação e saúde? Se esses direitos lhes são garantidos pela constituição? Teriam as políticas públicas falhado?

As políticas públicas ainda têm uma longa trajetória mediante ao enfrentamento às desigualdades sociais. Ademais, as políticas públicas podem ser compreendidas como o Estado em ação, deve-se considerar que cada ação ou proposta de política pública é elaborada conforme a necessidade de demandas de cada município, por meio de leis ou decretos, pois o Estado passa “a intervir diretamente nas questões econômicas, políticas e sociais, com o intuito de manter a sua legitimidade” (ANDRADE, 2019, p. 303).

Dessa forma, o planejamento urbano, por meio do Plano Diretor de uma cidade, torna-se uma importante ferramenta normativa que atua em função de buscar atender as demandas sociais da sua população, demandas como moradia, saneamento básico, saúde e educação devem ser incluídos no planejamento urbano de uma cidade para atender as demandas de sua população. Assim sendo, Hass, Aidana e Badalotti (2008, p. 210) apontam que a construção e elaboração de um plano diretor envolve três atores: “a sociedade civil, o mercado e o poder público local”, e cada um destes defenderá interesses diferentes, e que geralmente, apresentam contradições entre si.

Para compreender os fatores atrelados às demandas sociais da população, devemos retomar ao estudo do crescimento econômico do município de Chapecó, que conforme

mencionado anteriormente está fortemente atrelado a expressiva presença agroindustrial (frigoríficos de suínos e aves) na região, porém este não é o único propulsor do crescimento da cidade.

Ademais, o setor agroindustrial, apesar de ser o responsável por abrigar grande parte da mão de obra e se tornar um atrativo para a nova população, que migrou para as áreas urbanas da cidade, foi responsável por “moldar” de forma horizontal a dinâmica urbana, com essas populações se instalando próximas aos frigoríficos, não houve de fato planejamento e acompanhamento para atender as necessidades da população, resultando em construções em áreas irregulares, construindo casas em condições precárias, de risco. Assim, formaram-se ao longo do perímetro urbano, especialmente a Oeste e Leste, inúmeras áreas com moradias irregulares, que ainda atualmente carecem de serviços como saúde e educação (NASCIMENTO, 2015).

Desse modo, o desemprego desencadeia outros fatores sociais, como por exemplo, ocupações irregulares, que tiveram aumento considerável ainda nas décadas de 70 e 80. Desse modo, Nascimento (2015, p. 143) destaca que:

Esse crescimento da população pobre em Chapecó, não foi, contudo, acompanhado pelas políticas de atendimento a sua demanda no nível intraurbano, sobretudo em relação à moradia. Deveras, a produção do espaço urbano chapecoense priorizou, em quase toda sua história, muito mais a valorização da terra e do espaço construído em detrimento da função social da propriedade e da promoção do direito à cidade para a ampla maioria de sua população.

Historicamente, conforme aponta Renk (1995, p. 13 citado por Hass, Aidana e Badalotti, 2008), “a própria dinâmica de ocupação do Oeste catarinense, resultou na expropriação dos caboclos e índios que perderam a sua terra e voltaram-se ao trabalho assalariado que a cidade poderia oferecer”. Assim, ao longo dos anos, desde seu surgimento até os dias atuais a cidade de Chapecó, como apontam Hass, Aidana e Badalotti (2008, p. 212), “foi aprofundando desigualdade sociais, a partir de um modelo de desenvolvimento injusto e excludente”, ou seja, a carência social das populações pobres não surgiu nos últimos anos, o fenômeno se constitui desde a origem da cidade.

Porém vale destacar, que por meio de ações dos diferentes poderes municipais ao longo dos anos, algumas ações e projetos foram criados para tentar atender as carências das populações, a exemplo das ocupações irregulares, por meio de ações previstas no Plano Diretor de 2004, foram implementadas algumas ações políticas para minimizar os problemas das ocupações

irregulares, por meio da remoção e realocação das famílias. Assim, Nascimento (2015, p. 145) destaca que:

A inclusão das famílias moradoras em ocupações irregulares na chamada “cidade formal”, seja por meio da regularização fundiária das áreas ou, quando não for possível, pela realocação de famílias para novas áreas, é uma ação importante da política pública para proporcionar maior qualidade de vida a essa população [...]. Portanto, as políticas municipais empreendidas nos últimos anos representam um avanço, apesar de ainda persistirem [...] dramáticas condições de precariedade em relação à habitação e à oferta de infraestrutura.

Portanto, quando ocorre o crescimento populacional de determinado território, aumenta-se as demandas sociais por parte da população carente. Os impactos sobre a falta do acesso ou disponibilidade de vagas interferem na qualidade de vida das pessoas com as piores condições de renda, pois as pessoas pobres, em grande maioria, não possuem condições financeiras para pagar serviços da iniciativa privada. Por isso, o poder público deve atentar-se às demandas de sua população, a fim de diminuir as desigualdades sociais.

1.4 DISPONIBILIDADE, MOBILIDADE E ACESSO AOS SERVIÇOS

As desigualdades presentes no município de Chapecó não significam que o poder público municipal e estadual não se fazem presentes no combate às injustiças sociais, mas percebe-se que este precisa ser mais atuante e efetivo na tomada de ações que beneficiem a população de forma coletiva.

Assim, o acesso aos serviços de saúde e educação, no que tange à espacialidade, depende de aspectos como: 1) disponibilidade de infraestruturas; 2) mobilidade, e 3) acesso aos serviços. Para Sanchez e Ciconelli (2012, p. 261), a saúde está atrelada ao cotidiano das pessoas e “é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais. O conceito de promoção de saúde, nesse caso, extrapola o acesso físico ao sistema de saúde e engloba outros aspectos, como o conhecimento do indivíduo sobre suas próprias necessidades e aspirações”. Portanto, sendo a saúde um importante fator que se faz presente na vida das pessoas, torna-se importante analisar as políticas públicas relacionadas quanto a participação do Estado na promoção de infraestruturas de estabelecimentos de saúde para a população.

Portanto, sobre disponibilidade de infraestruturas de estabelecimentos Sanchez e Ciconelli (2012, p. 261) apontam que:

A dimensão do acesso definida como disponibilidade constitui-se na representação da existência ou não do serviço de saúde no local apropriado e no momento em que é necessário. Essa dimensão engloba, de forma ampla, a relação geográfica entre as instituições físicas de saúde e o indivíduo que delas necessita, como distância e opções de transporte. Os recursos de transporte dos profissionais de saúde, bem como sua disposição para mobilizar-se até o indivíduo que necessita do serviço de saúde, também podem ser considerados nesta análise. O nível pelo qual os serviços de saúde se ajustam às necessidades dos indivíduos.

Desse modo, a disponibilidade dos estabelecimentos de saúde remete à localização geográfica, que deve considerar as necessidades da população do lugar determinado. A disponibilidade dos serviços remete ainda aos fatores de transporte (quanto tempo e distância as pessoas percorrem para chegar ao estabelecimento), quantidade e qualidade dos serviços ofertados. Neste caso, podemos ainda discutir sobre os serviços ofertados, quais são os serviços prestados em tais estabelecimentos, e quando não há a disponibilidade de tal serviço para qual estabelecimento a pessoa é direcionada.

A mobilidade, por sua vez, abrange um conceito fortemente atrelado às questões sociais, implica na distribuição espacial da população no território, em relações cotidianas diversas, tais como: trabalho, estudo, moradia, ou seja, a localização geográfica dos estabelecimentos diversos implica em questões de mobilidade da população. O acesso aos estabelecimentos como saúde e educação deve ser considerado quando a mobilidade implica na qualidade do acesso aos serviços (BALBIM, 2016). Portanto, considerar que a mobilidade envolve a mudança física das pessoas para ter acesso a determinados serviços engloba o tempo de deslocamento, meio de transporte usado para o deslocamento (carro próprio, transporte coletivo, ou mesmo a pé), condições de deslocamento (pessoas com comorbidades e deficiências), e localização geográfica do estabelecimento.

A urbanização é um fenômeno que certamente acentuou os problemas de mobilidade, pois o intenso crescimento das cidades, especialmente dos espaços urbanos médios e grandes torna os problemas de mobilidade urbana constantes, ou seja, a mobilidade urbana é um problema que surge em consequência ao rápido crescimento da cidade, quando não ocorre um planejamento efetivo problemas urbanos tornam-se mais acentuados.

Para a promoção de políticas públicas socialmente inclusivas, a localização geográfica dos estabelecimentos deve incluir as necessidades sociais de um determinado lugar, número de habitantes e os serviços dos quais necessitam. Essa análise determina o número de vagas que serão disponibilizadas à população, os tipos de atendimentos - na área da saúde, são inclusos os tipos de atendimentos, primeiros atendimentos, avançados, identificados por grau de risco.

1.5 O GEOPROCESSAMENTO E SUA IMPORTÂNCIA PARA ANÁLISE GEOGRÁFICA

Sendo o espaço geográfico resultado das relações entre os povos, desde relações culturais, sociais, econômicas e políticas, por isso, este é dinâmico e está sempre em constante evolução, sobretudo na sociedade capitalista. Logo, a ciência geográfica necessita compreender a evolução da sociedade, de maneira que se torne capaz de usar das ferramentas disponíveis para auxiliar no entendimento. Para isso, neste trabalho, além de material bibliográfico teórico, fez-se o uso do Geoprocessamento ⁶para melhor compreender o tema proposto.

Nas palavras de Leite e Rosa (2006, p.182), geoprocessamento “se refere a todas as técnicas de correlação entre informações espaciais e cartografia digital”, portanto, o uso de técnicas para compreensão do espaço permite uma leitura visual facilitadora, por meio da cartografia.

A evolução da informática do período globalizado possibilitou o avanço e criação de geotecnologias que facilitam a compreensão do espaço. Por isso, a noção de espaço é tão importante para a Geografia, os mapas permitem conhecimento sobre o espaço, seja ele em suas características físicas (relevo, vegetação, geologia, geomorfologia, hidrografia) ou sociais (distribuição espacial de estabelecimentos, densidade demográfica, população).

Sendo assim, a evolução das geotecnologias engloba infinitas possibilidades de entendimento sobre o espaço geográfico. Para evidenciar tal fato, é importante que o indivíduo seja capaz de “ler o mundo” por meio das representações geocartográficas, processo este que pode – e deve – ser potencializado pela educação geográfica.

Ensinar a ler o mundo com um olhar geográfico é um processo que se inicia desde os primeiros anos de vida quando se reconhecem os lugares, identificam-se os objetos e vivenciam-se os percursos e se reconhecem as distâncias, atribuindo sentido ao que está sendo observado e representado. Se o processo de aprendizagem acontece desde a infância, conforme as teorias cognitivistas, é importante que na formação inicial dos futuros professores tenha uma robusta base teórica e metodológica com a intencionalidade de aprender a aprender (CASTELLAR, 2017, p. 212).

A Cartografia é um elemento importante para compreender diferentes lugares, observar e impulsionar a imaginação e a busca por respostas. Inicialmente, compreender o lugar, da vida cotidiana, dos fatores presentes no dia a dia é uma importante tarefa para compreensão inicial

⁶Geoprocessamento refere-se as geotecnologias que englobam os seguintes termos: SIG (Sistemas de Informações Geográficas); Sensoriamento Remoto (satélites, geodésia, GPS e topografia) e Cartografia (ZAIDAN, 2017)..

sobre o mundo. A evolução das tecnologias ⁷ permitiu que compreendêssemos lugares que nem sequer frequentamos. Um exemplo prático é a ferramenta do software Google Earth®, que permite a qualquer usuário navegar pelo mundo através da tela de seu computador.

A localização geográfica dos objetos determina as ações sobre o território, as relações entre os indivíduos e o espaço geográfico implicam em diferentes informações. O uso de geotecnologias para o estudo dos conteúdos geográficos permite que os sujeitos se tornem capazes desenvolver uma noção espacial dos fenômenos mais abrangente.

A importância que o Geoprocessamento assume face a interpretação do espaço geográfico certamente é imensa, pois as ferramentas como sensoriamento remoto e cartografia trazem ricas contribuições quanto ao uso e ocupação do solo, e para os estudantes a compreensão de fenômenos geográficos em escala local e global, permite que este adquira conhecimentos sobre o mundo, fazendo uso de ferramentas geográficas como mapas, aplicativos de localização, imagens de satélites, entre outros, sobretudo à localização espacial dos objetos, e no caso deste trabalho, o geoprocessamento contribui para investigar as ações tomadas pelo poder municipal e estadual relacionadas a oferta dos serviços de saúde e educação básica.

⁷ O avanço do sistema de informática permitiu uma evolução significativa em questões relacionadas ao mapeamento de dados. As geotecnologias constituem o conjunto de tecnologias para coleta, armazenamento, edição, processamento, análise e disponibilização de dados e informações com referência espacial geográfica. São compostas por soluções em hardware, software, peopleware e dataware (ZAIDAN, 2017).

2 ESPACIALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO EM CHAPECÓ

O segundo e último capítulo, apresenta a espacialização dos estabelecimentos a partir do mapeamento dos dados. Desta forma, as análises das figuras e dos mapas apresentados no decorrer deste capítulo se atentam em apresentar a organização estrutural das políticas públicas em Chapecó, e como estas estão distribuídas espacialmente, considerando as demandas territoriais de cada região que compõe o todo do município.

A discussão pelo tema proposto permite realizar profundas reflexões acerca da territorialização, onde a oferta de estruturas e vagas é determinada segundo os parâmetros do Plano Nacional de Atenção Básica.

A saber, analisar questões relacionadas sobre a saúde e educação consiste em uma diversidade gigante de fatores que devem ser levados em conta, para obter discussões minuciosas sobre o tema. Portanto, a visualização da distribuição espacial dos estabelecimentos deve ser feita não somente atrelada a questão de infraestruturas disponíveis para a população.

2.1 OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO

Cada cidade apresenta características diferentes quanto ao seu crescimento e desenvolvimento, medidas em diferentes graus e intensidades (SANTOS, 1993). Desse modo, ao investigar as desigualdades presentes na cidade de Chapecó, percebe-se que a mesma segue um “padrão” espacial das cidades capitalistas centro *versus* periferia (CORRÊA, 1989). Trata-se enfatizar a importância que as políticas públicas assumem no espaço urbano. A presença dos serviços públicos se faz importante pois as desigualdades são reflexos da expressão capitalista no território.

Os espaços urbanos são produtos e também produtores de injustiças sociais, e a cidade capitalista é palco para as desigualdades socioespaciais. Estas se fazem presentes na vida cotidiana das populações carentes, se expressam de formas variadas: na falta de habitação, falta de redes de saneamento básico, desemprego, falta de infraestruturas e acesso a serviços básicos de saúde e educação, fenômenos estes que são reflexos da expressão capitalista no território

(SANTOS, 1993). As cidades médias e grandes são as que apresentam os maiores índices de desigualdades em seu território, a grande presença das iniciativas privadas nos espaços urbanos é reflexo da reprodução do capital. Considerar tais elementos permite ressaltar a importância dos serviços públicos no território, pois os serviços sociais públicos são elementos importantes para diminuir as desigualdades sociais tão presentes nas cidades brasileiras.

Conforme mencionado no capítulo anterior, Chapecó conheceu a urbanização em meados dos anos 1960, devido a instalação do setor agroindustrial, e conseqüentemente a sua consolidação no mercado nacional e internacional, anos mais tarde. A cidade apresentou um crescimento populacional e econômico considerável de fato, e nos dias atuais as estatísticas do IBGE apontam que a população continua a aumentar. A oferta de serviços variados e a presença de instituições importantes, tornam a cidade um lugar atrativo para desempenhar diversas atividades: emprego, educação, saúde e lazer.

Ao se fazerem presentes nos espaços urbanos, as desigualdades sociais impactam na qualidade de vida das pessoas mais carentes. Uma vez que as desigualdades se fazem presentes no território tornam-se consideravelmente objeto de estudos, conforme aponta Nascimento (2015, p. 97):

A desigualdade é uma característica historicamente inerente à composição de sociedades e espaços. [...] as desigualdades entre indivíduos, grupos e classes tornam-se questão de interesse à investigação científica - em especial para as ciências humanas e sociais - e foco de atenção e intervenção no âmbito público à medida que não representam apenas diferenças, mas expressam também relações hierárquicas entre os diversos segmentos sociais.

Nesse sentido, o fato que evidencia a desigualdade está atrelado às diferenças socioeconômicas da população, sobretudo pela renda (NASCIMENTO, 2017). Considerar o fator de renda quando refletimos acerca da segregação socioespacial, permite realizar importantes análises acerca deste fenômeno, uma vez que este impacta diretamente na qualidade de vida das pessoas.

A renda da população de uma cidade está principalmente relacionada à distribuição socioespacial da população no território, a localização e o acesso aos serviços são determinados pelos melhores lugares, em questões relacionadas em termos de conforto e qualidade, que determinam os preços e os valores da terra (CORRÊA, 1989). Portanto, as terras com os menores preços serão ocupadas pela população com as menores condições de renda, logo, o acesso às infraestruturas relacionadas à saúde e educação serão mais precarizados.

Sabemos que o Estado é um importante agente regulador das ações que acontecem no território, e por isso, devemos considerar que o mesmo atua em função das necessidades de reprodução do capital, Reche (2016, p. 46 e 47), destaca que:

São as significativas alterações que acontecem sobre o espaço urbano no final da década de 70, seja no contexto nacional (modernização, industrialização), seja localmente no espaço urbano de Chapecó, que apresentava um rápido crescimento populacional e econômico devido à consolidação do setor agroindustrial no município [...] É o momento onde os conflitos e os interesses sobre o espaço urbano da cidade, principalmente do capital industrial em detrimento dos interesses sociais da significativa população de baixa renda que estava se instalando no município, ficam mais claros, refletindo nas leis e nos Planos urbanos da época que, a princípio, vinham para intervir nesse contexto de alterações profundas. Essas legislações serão importantes para definir a lógica de estruturação urbana do município em favor do capital, contribuindo com várias das problemáticas ainda presentes na cidade. Portanto, assim como acontecia nas maiores cidades brasileiras na década de 70, em Chapecó, uma cidade pequena na época, mas que já apresentava uma tendência industrial, a disputa de interesses sobre as ações do Estado, nesse caso, através das leis e Planos Urbanos, é clara em favor da reprodução do capital em detrimento das demandas sociais.

Ademais, Chapecó desde a seu fortalecimento como um lugar propício ao desenvolvimento agroindustrial é uma cidade palco para o capital, e o crescimento econômico atrai milhares de pessoas para a cidade, seja para estudar, trabalhar ou morar.

Quando consideramos os anos 2000,⁸ o crescimento urbano de Chapecó se acentuou especialmente no sentido horizontal. Novas áreas urbanas foram produzidas e ocupadas com a implantação de novos loteamentos – muitos deles pouco conectados à malha urbana contínua. A densidade demográfica se acentuou não somente na área central, mas também em bairros como Efapi e São Pedro perceberam um aumento populacional significativo e acentuam-se como bairros historicamente carentes de políticas públicas (NASCIMENTO, 2015; 2017).

O espaço urbano de Chapecó apresenta características de centro versus periferia (CORRÊA, 1989). O centro e seu entorno próximo apresenta desenvolvidas e belas construções, prédios, edifícios e prédios de luxo, mercados administrativos e financeiros, com significativa presença privada. A periferia, por sua vez, apresenta favelas, construções precárias e irregulares, além de ocupações em áreas de risco de inundação. Porém existem também algumas áreas/bairros pobres (como parte do bairro SAIC e o Santo Antônio), que se localizam bem próximos ao centro e bairros nobres, próximas umas às outras. Por isso, investigar se as políticas públicas acompanharam o crescimento populacional permite refletir em quais áreas se concentram as maiores carências.

⁸ Dados do IBGE apontam que em 2000 a população de Chapecó era de 134.592 habitantes, já no ano de 2010 a população 168.159 habitantes.

A saber, conforme os dados do Censo Demográfico de 2010, Chapecó tinha a sua população de aproximadamente 183.530 pessoas, e a estimativa para 2021 estava prevista para 227.587 pessoas. Isso significa que a oferta de empregos do setor agroindustrial não é mais o fator central de atração para as novas populações, pois outros setores foram se consolidando no mercado, tais como: setor imobiliário, indústria de embalagens e plásticos, rede hoteleira e mercados financeiros-administrativos. Quando consideramos o contexto de desenvolvimento histórico do município, atualmente a “mensagem” que o município passa é que o mesmo, que cresce de fato em ritmo considerável é um lugar de oportunidades, de empregos, de moradias, de saúde e educação, passando a entender que Chapecó é o lugar certo para trabalhar, investir, ou morar.

Todavia, as disparidades socioeconômicas são visíveis entre os bairros e o centro da cidade, no que diz respeito à oferta e ao acesso de serviços públicos. Acerca do crescimento urbano, Fujita (2013) ressalta que:

As consequências do abrupto adensamento do espaço da cidade começaram a surgir, uma vez que o município não possuía condições para viabilizar e prover a cidade na mesma rapidez com que o seu núcleo urbano se consolidava, além do fato que, nesta época, não era preocupação corrente dos poderes públicos o enfrentamento da exclusão social. Desta forma, a desigualdade socioespacial já se fazia evidente na paisagem da cidade, com a formação de bairros operários sem infraestrutura, assentamentos precários e o despejo de populações excluídas em guetos que carregam até hoje o estigma da exclusão (FUJITA, 2013, p.8).

Assim, a segregação socioespacial se torna visível ao percorrer os espaços urbanos de Chapecó. A ineficácia de políticas públicas no quesito habitação acarreta em outros problemas sociais: as populações mais carentes irão se concentrar em áreas irregulares, logo, essas áreas estão mais suscetíveis à marginalidade, apresentando altos índices de violência e crimes. Kovalski (2017, p.6), aponta que “Os grupos sociais excluídos são, em maioria, compostos por aquelas pessoas que não têm condições de comprar suas próprias casas ou pagar aluguel para uma moradia com boas condições”, e assim, a falta de acesso à moradia torna-se um elemento de exclusão social, pois acarreta na falta de acesso a educação, a saneamento básico, saúde, transporte, segurança, entre outros.

Chapecó, tem sido palco para uma significativa especulação imobiliária, limitando os espaços e usos da terra, especialmente para as pessoas pobres que não têm condições de pagar um valor alto por um terreno ou casa própria. Assim, a iniciativa privada se faz presente no território no que diz respeito ao uso das terras, e o poder público, pouco se preocupa em elaborar políticas públicas para sua população, Nascimento (2015, p. 138), enfatiza que:

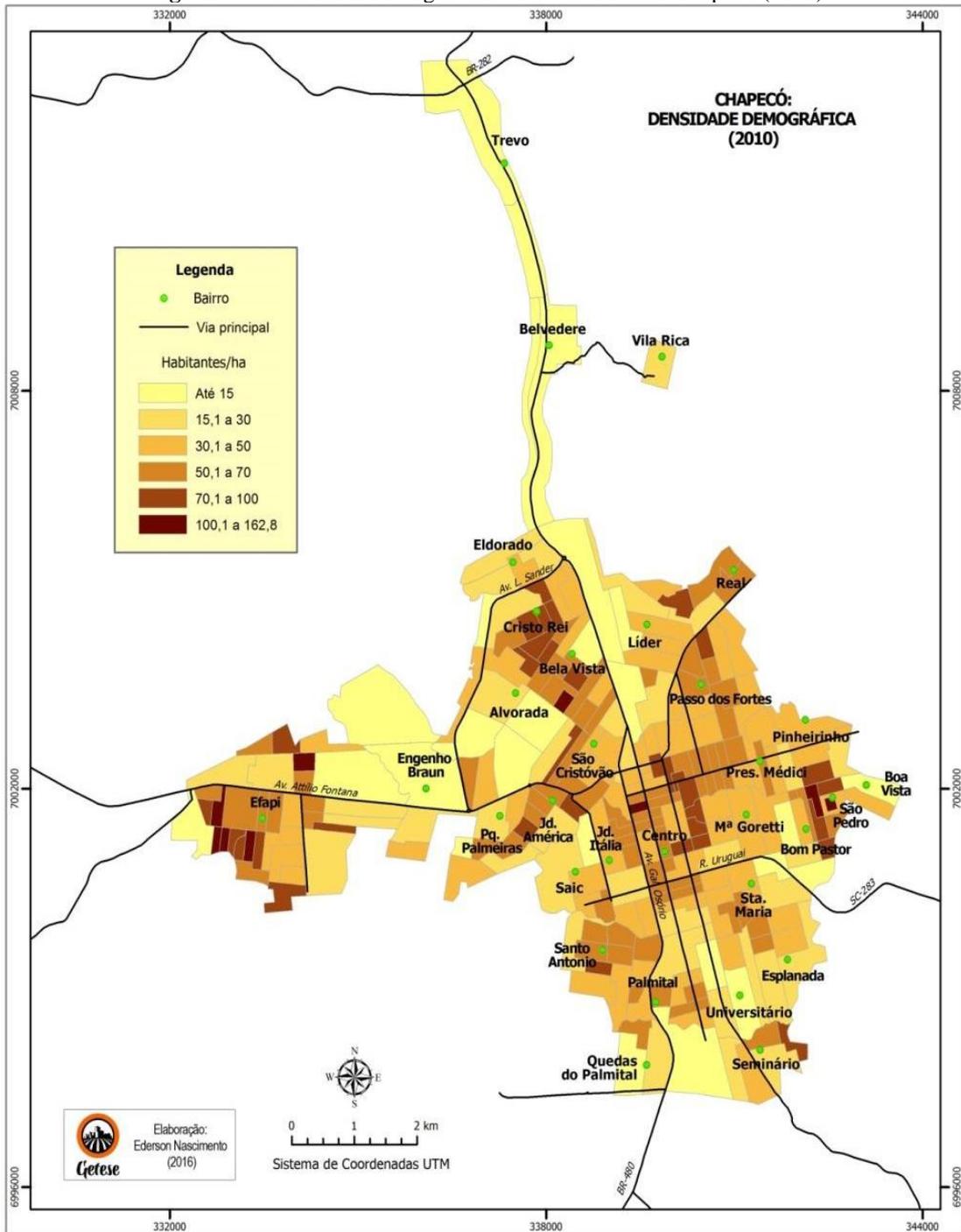
a produção do espaço urbano chapecoense priorizou, em quase toda sua história, muito mais a valorização da terra e do espaço construído em detrimento da função social da propriedade e da promoção do direito à cidade para a ampla maioria de sua população. Neste contexto, a produção da habitação se manteve quase sempre sob o controle efetivo da iniciativa privada, fator que contribuiu para acentuar a segregação socioespacial e a exclusão social.

As áreas centrais, e seus entornos se configuraram como os espaços ocupados por pessoas da elite e de pessoas de classe média e alta. Nascimento (2017, p. 121) aponta que “A valorização do espaço na área central da cidade foi potencializada especialmente por maciços investimentos federais e municipais em infraestrutura [...] e embelezamento no Centro e em bairros adjacentes – Jardim Itália, Presidente Médici, Maria Goretti, Santa Maria e Aeroporto”, contribuiu para que o centro seja o local para as classes média e alta.

O mapa a seguir (Figura 2) ilustra a distribuição da população urbana de Chapecó segundo densidades por setor censitários, ainda que com alguma defasagem temporal (já que os dados são de 2010). É possível verificar que as maiores concentrações de população estão, de um lado, nas áreas centrais, especialmente residindo em edifícios de apartamentos, e por outro, em bairros da periferia – sobretudo no Efapi, a oeste, em loteamentos da porção noroeste (Cristo Rei, Bela Vista) e no São Pedro e arredores, a leste.

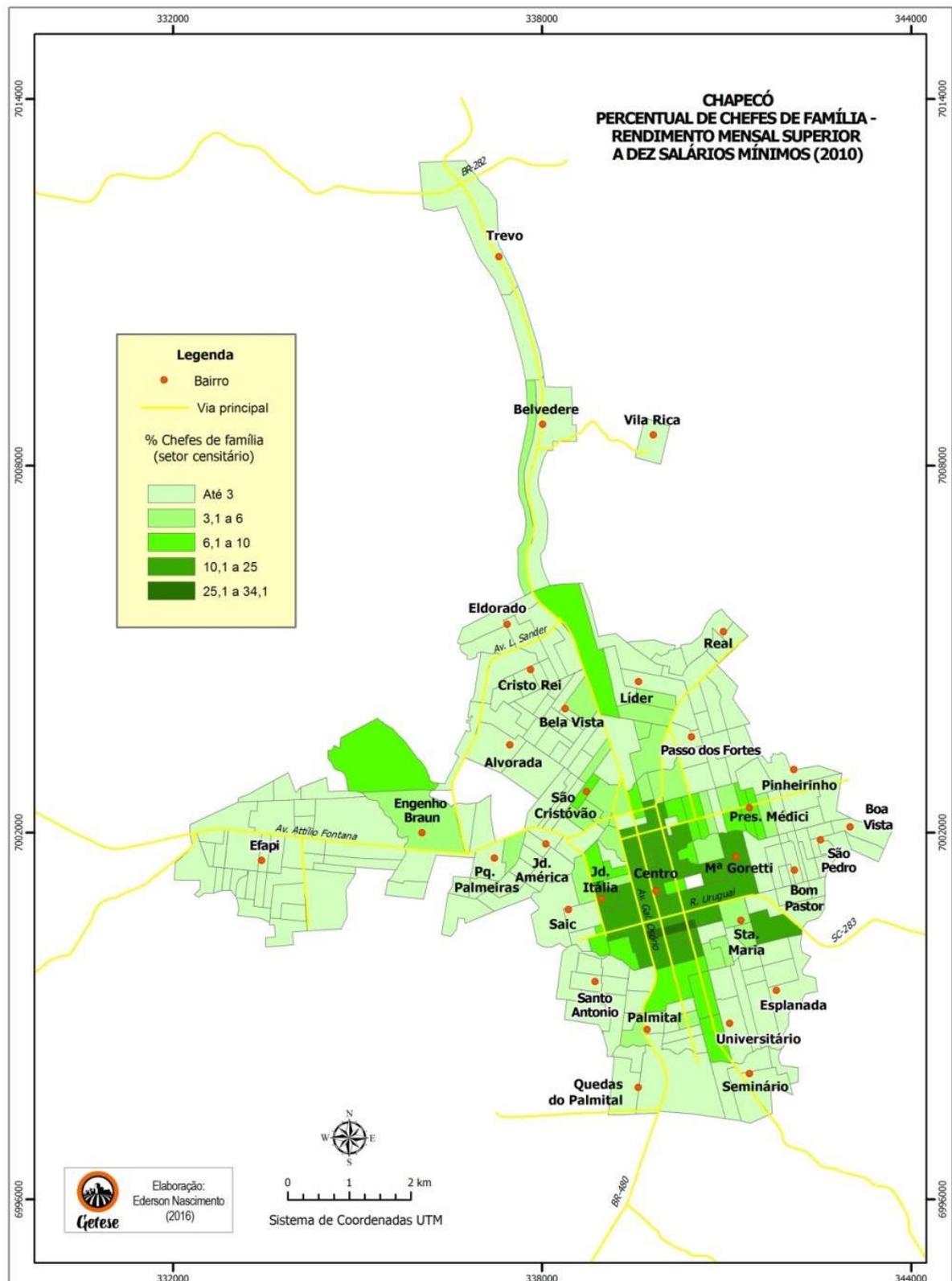
Por sua vez, as figuras 2 e 3 nos mostram a distribuição da população por setores censitários urbanos segundo percentuais de alta renda (acima de dez salários mínimos) e de baixa rendas (até dois salários mínimos), com dados de 2010. Percebemos que existe um padrão espacial de distribuição heterogêneo, no qual as melhores áreas são ocupadas pelas pessoas que têm melhores condições de renda.

Figura 2 – Densidades demográficas na área urbana de Chapecó (2010).



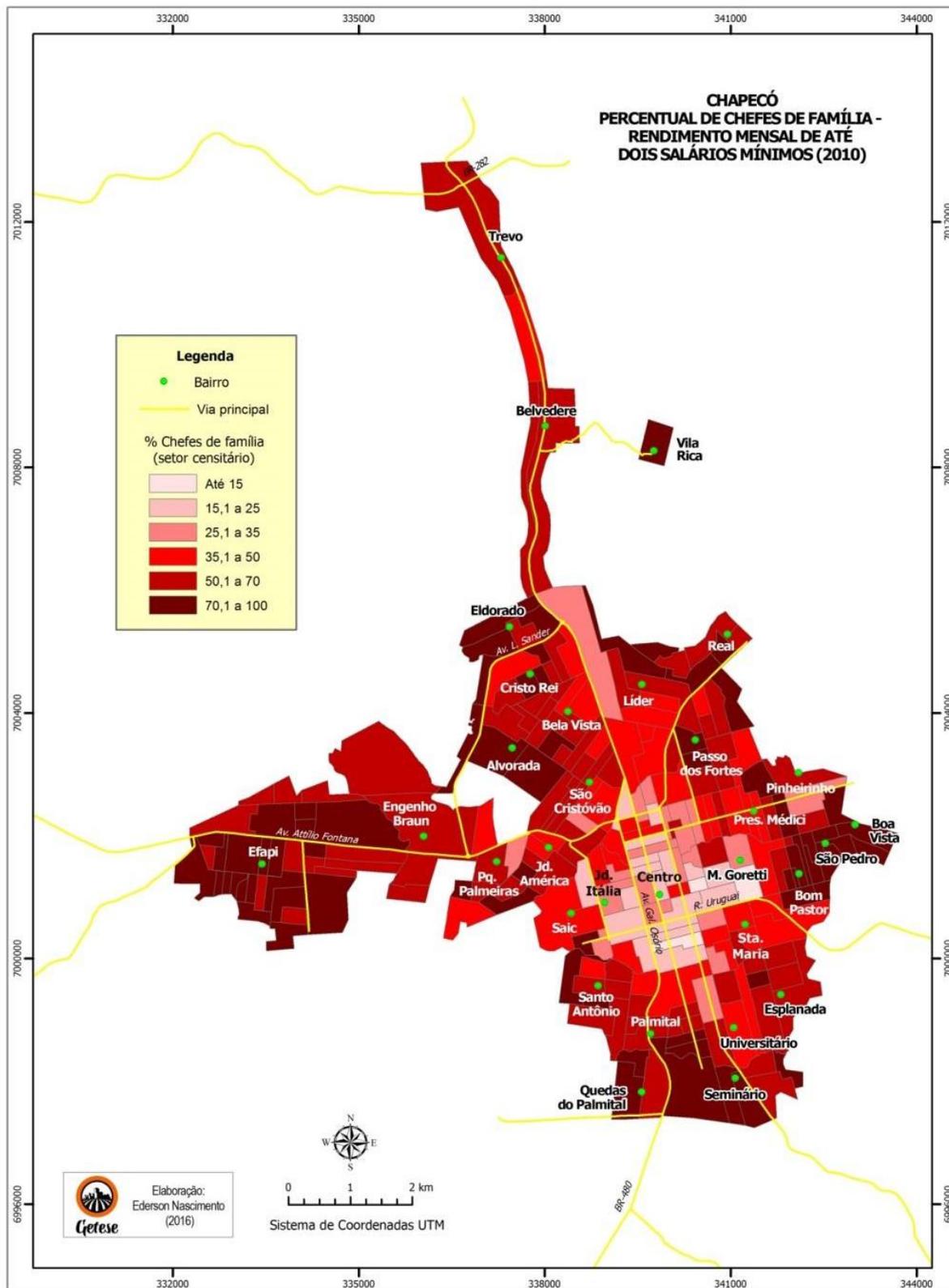
Fonte: Nascimento (2017).

Figura 3 – Percentual de chefes de família com rendimento mensal igual ou superior a dez salários mínimos.



Fonte: Nascimento (2017).

Figura 4 – Percentual de chefes de família com rendimento mensal de até dois salários mínimos



Fonte: Nascimento (2017).

O rápido crescimento da cidade contribui para o expressivo aumento das populações carentes, que se concentram próximas aos parques industriais (re)produzindo espaços marginalizados e segregados. Desse modo, percebe-se que a renda é de fato relevante quando investigamos as desigualdades socioespaciais, pois as áreas que apresentam os melhores índices de renda logo irão se concentrar no centro e em bairros de seu entorno, e as populações com os piores índices de renda se encontram mais marginalizados no território, em diversas áreas (NASCIMENTO, 2017).

2.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE EM CHAPECÓ

O município de Chapecó, em parceria com os poderes Estadual e Federal, fornece à população ações e serviços públicos de atendimentos à saúde básica. Desse modo, as ações tomadas por parte do poder público municipal, em relação à saúde, estão alinhadas à política nacional brasileira do Sistema Único de Saúde (SUS)⁹, visando oferecer serviços voltados aos atendimentos gratuitos à população. O SUS é um importante sistema de atendimentos e serviços à população brasileira. Corresponde aos atendimentos básicos e mais avançados, atendimentos hospitalares, unidades de saúde básica e atividades de vigilância em saúde.

Em linhas gerais, a política de oferta dos serviços garantidas pelo SUS, está atrelada ao conceito de universalização, seja no acesso, seja nos atendimentos. Na figura 5, apresentada logo a seguir, sobre a distribuição espacial dos estabelecimentos públicos de saúde, o município apresenta 26 unidades básicas de saúde, denominadas Centro de Saúde da Família. A distribuição de tais estabelecimentos considera características territoriais e características socioeconômicas de cada lugar.

Seguindo os padrões de atendimentos do PNAD, em nível nacional são considerados os atendimentos de atenção básica primária, ou seja, os primeiros atendimentos, que ocorrem nas unidades de saúde. Na questão de saúde pública, as infraestruturas compreendem os seguintes serviços: atendimentos de urgência e emergência (UPA), atendimento ambulatorial básico

⁹O Sistema Único de Saúde é um importante órgão de saúde pública brasileira. Desde sua criação na década de 1980, quando foi assinada a Constituição Federal Brasileira (1988), o SUS fornece assistência e serviços gratuitos a milhões de famílias (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022)..

(atendimentos de casos mais simples), atendimento hospitalar e atendimentos especializados. As unidades básicas de saúde correspondem aos primeiros atendimentos, ou seja, o primeiro atendimento básico, é feito no CSF, corresponde à consultas médicas gerais, enfermagem em geral, odontologia, equipes multiprofissionais (psicólogo, nutricionista).

As unidades básicas de saúde estão distribuídas espacialmente no território levando em conta as demandas de cada população em determinado lugar. As demandas da população chapecoense na questão de acesso e disponibilidade dos serviços aumentam conseqüentemente devido ao aumento populacional. Portanto, o acesso aos estabelecimentos de saúde pode ser considerado analisando dois pontos: presença/ausência e mobilidade.

Portanto, a universalidade, definida como o acesso universal e contínuo aos serviços de saúde, é exercida na Atenção Primária pelo acolhimento de todas as pessoas que procuram seus serviços, oferecendo fácil acesso e sem diferenciações, assim como, busca responder as necessidades da população (BRANCO, 2018). É importante considerar que as necessidades da população não compreendem somente as demandas das populações carentes, estas são sim as que mais precisam dos serviços públicos, porém o fator socioeconômico não pode ser o único fator que mede os atendimentos, garantir a equidade está atrelada em atender a necessidade de uma pessoa doente, seja ela rica ou pobre.

A figura 5 apresenta a distribuição espacial dos estabelecimentos de saúde no município de Chapecó em 2022, ao longo de todo seu território. Pode-se observar que algumas das áreas rurais contam com os estabelecimentos de unidades básicas de saúde, disponíveis devido às demandas da população de cada lugar. A oferta de estabelecimentos de saúde em áreas rurais permite que a população do campo tenha acesso aos serviços básicos de saúde sem a necessidade de realizar grandes trajetos de locomoção até a área urbana para receber atendimento.

Além disso, para este estudo, são as unidades básicas de saúde, denominadas em Chapecó como Centros de Saúde da Família, Unidades de Pronto Atendimento, Hospitais da rede pública somente. O levantamento de dados e a posterior discussão sobre estes dados permite duas reflexões iniciais: os estabelecimentos de saúde básica não seguem uma linha denominada “cada bairro tem pelo menos uma unidade” e o perfil socioeconômico de cada território reflete o tipo de serviço mais presente (público ou privado).

Figura 5 – Distribuição espacial dos estabelecimentos públicos de saúde no município de Chapecó.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Open Steet Map (2022)

A presença dos estabelecimentos públicos ocorre devido a demanda da população. Por exemplo, o bairro Efapi tem a maior concentração populacional da cidade, logo, em tal bairro são ofertados serviços em maior número que em outros bairros que têm menos população. Analisando a figura 5, que mostra a distribuição espacial dos estabelecimentos públicos de saúde na área urbana de Chapecó e comparando a figura 3 (Cf. Mapa de renda- 2010), nota-se que a concentração das populações com as menores rendas se localizam à Oeste (Efapi) e Leste (S. Pedro), são os que apresentam regiões com mais unidades de saúde, devido as demandas da população.

Quando consideramos a questão de vagas disponíveis para atendimentos devemos nos atentar não somente aos números. A constatação desde a mobilidade do paciente, gravidade do caso, tempo de espera para o atendimento, tipo de atendimento disponível envolvem uma discussão mais profunda na questão das vagas.

Conforme apresentado anteriormente, o perfil socioeconômico da população tem relação direta com a oferta dos serviços, sejam eles públicos ou privados. Assim, pode-se perceber que devido a extensão territorial geográfica e a densidade demográfica de Chapecó, as condições socioeconômicas das famílias refletem na organização política e social, sobretudo do espaço

urbano de Chapecó, ficando evidente a segregação socioespacial centro versus periferia (CORRÊA, 1989; NASCIMENTO, 2017).

Figura 6 – Distribuição espacial dos estabelecimentos públicos de saúde na área urbana de Chapecó.



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do Open Street Map (2022).

Desse modo, a significativa concentração populacional residente no bairro Efapi apresenta características socioeconômicas de pessoas de baixa renda, ou seja, são estas pessoas que necessitam de políticas públicas eficientes, logo em tal território a saúde apresenta maiores números de pessoas que são atendidas. Por outro lado, os bairros Cristo Rei e Bela Vista juntos apresentam significativo número de habitantes e comparados ao bairro Efapi, apresentam juntos apenas dois estabelecimentos de saúde.

De modo geral, os centros de saúde da família (CSF) formam um “cinturão” envolvendo bairros periféricos mais ou menos afastados da área central. Entretanto, há áreas de ocupação mais recente e já bastante povoadas, como os bairros Desbravador (a nordeste), Dom Gerônimo (norte) e Vederti (oeste), que não dispõem de tais estabelecimentos em suas proximidades.

Certamente, analisar as questões relacionadas aos estabelecimentos de saúde não é tarefa simples. Pois a disponibilidade da infraestrutura física ocorre devido as características de determinado território, seguindo os parâmetros estabelecidos pelo SUS, no que diz respeito a

universalização e equidade, no acesso e disponibilidade de infraestruturas todos tem direito de acesso aos atendimentos do SUS.

A renda da população que reside no centro, as pessoas que residem no centro (e nos bairros centrais próximos - Santa Maria, Presidente Médici, Jardim América, Maria Goretti), são aquelas que detém os melhores índices de remuneração salarial, logo, estas apresentam condições para uso de serviços da iniciativa privada. Ademais, conforme aponta Nascimento (2015, p. 126):

Na área central encontram-se as principais atividades comerciais (inclusive três dos maiores supermercados da cidade), de serviços - financeiros, educacionais, médicos (incluindo o maior hospital privado, que se articula a uma ampla rede de clínicas e consultórios em suas proximidades) e outros especializados - e da gestão pública e privada [...].

Dessa forma, a presença das políticas públicas se configura a partir do viés de ocupação e uso da terra, onde a parte central da cidade se apresenta mais organizada e desenvolvida, e no caso de Chapecó não é diferente, pois as construções da área central são de edifícios, prédios e construções modernas. Logo podemos observar que a iniciativa privada tem presença marcante no centro¹⁰. Na área relacionada a estabelecimentos de saúde, o número de clínicas e consultórios particulares é massivo, enquanto isso, o poder público nessa área apresenta apenas três estabelecimentos ambulatoriais. Em tal contexto, Fujita (2013, p.317), aponta que:

Com relação ao setor de serviços de saúde especializado, nota-se que ao longo das últimas décadas, Chapecó passou a ser referência microrregional para diversos tipos de serviços na área da saúde, seja pela exclusividade ou pelo grau de especialidade. É notável que a demanda existente supera a oferta desses serviços, sobretudo no âmbito público, o que tem ampliado as fatias de mercado no caso privado, observado pelo aumento significativo de clínicas, consultórios particulares e lojas especializadas, nos últimos anos. Associada a essa dinâmica, tem havido a especialização funcional de áreas da cidade que concentram esses serviços, assim como a ampliação de oferta de cursos (técnicos, graduação e pós-graduação) na área da saúde, por parte dos estabelecimentos de ensino público e privado.

As ações públicas tomadas em relação à saúde carecem de melhorias, pois percebe-se que o poder público se torna um importante órgão para combater as injustiças sociais, a promoção da equidade deve de fato ocorrer. São necessárias políticas públicas quanto

¹⁰ No caso de Chapecó, os atendimentos de saúde especializada, como tratamentos e realização de exames configuraram-se como parte importante na organização do território. A presença privada na área da saúde, principalmente de clínicas especializadas realizam atendimentos para populações de diversas cidades vizinhas de Chapecó, característica de uma cidade de influência (IBGE, 2018).

à oferta dos serviços relacionados à saúde, principalmente para as populações carentes, considerando o acolhimento à população, acessibilidade e mobilidade.

Ademais, Chapecó conta ainda com a presença de dois importantes hospitais para a região oeste. O Hospital Regional do Oeste¹¹, cujo órgão público é um importante centro de referência em saúde pública na região oeste, localizado no bairro Santa Maria, a leste do centro, atende a milhares de pacientes por dia, pessoas residentes do município de Chapecó e de diversas cidades do oeste catarinense e de municípios gaúchos próximos. O hospital, além de realizar atendimento público gratuito, conta com algumas especialidades privadas. As áreas próximas ao HRO, foram se desenvolvendo economicamente ao passar dos anos, serviços como restaurantes, bares, lanchonetes e óticas são agentes presentes na paisagem, que prestam serviços as pessoas que necessitam de atendimentos de saúde no hospital, logo, situadas próximas oferecem seus serviços, desenvolvendo

Ainda próximo ao centro está localizado o segundo hospital público de Chapecó, o Hospital da Criança Augusta Muller, que conta com diversos serviços e atendimentos especializados, atendendo a milhares de pacientes por dia.

2.3 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Considerando a educação básica em um contexto nacional brasileiro, conforme consta na LDB, de acordo com o art. 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96), a educação básica é formada por: a) educação infantil, b) ensino fundamental e c) ensino médio. Sendo assim, conforme previsto na Constituição de 1988, é dever do Estado garantir que a população tenha acesso aos serviços de educação básica em todas as etapas citadas anteriormente.

Nesse sentido, torna-se importante verificar como ocorre a presença das políticas públicas no território, pois o Estado, deve ser um agente público capaz de suprir as demandas de toda sua população, uma vez que as políticas públicas se traduzem “Estado em ação”- seja por meio de leis, decretos ou Planos Diretores, estes devem estar de fato comprometidos em promover o

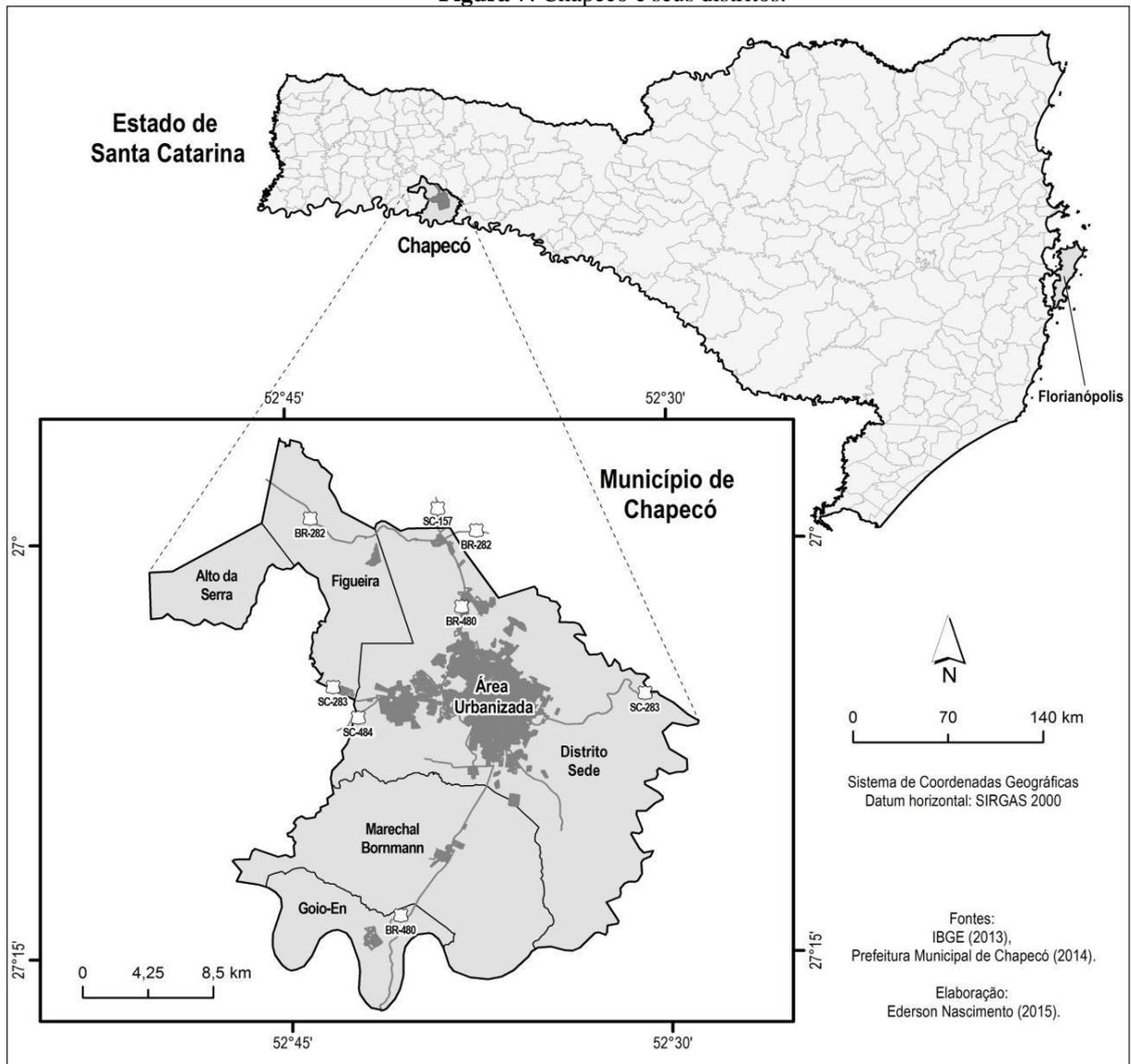
¹¹ O HRO é referência em alta complexidade nas áreas de Neurocirurgia, Gestante de Alto Risco, Captação e Transplante de Rins e Córneas, Urgência e Emergência, UNACON (Quimioterapia, Radioterapia, Oncologia Clínica e Cirúrgica e Roentgenerapia), UTI Neonatal e UTI Geral. (<https://hro.org.br/o-hro/>)

bem estar social de sua população e diminuir as desigualdades sociais tão presentes na sociedade. E a distribuição espacial dos estabelecimentos públicos de ensino é parte da territorialização das políticas de educação.

Para fins de estudos de investigação e elaboração deste trabalho, o recorte de estudos investiga/ a presença dos estabelecimentos públicos de educação distribuídos espacialmente no município de Chapecó, analisando a questão relacionada a distribuição espacial dos estabelecimentos atrelados às condições socioeconômicas da população chapecoense. A necessidade do levantamento dos estabelecimentos rurais surge com o propósito de compreender as políticas públicas quanto à educação promovidas pelo poder público municipal, na oferta de estabelecimentos escolares municipais rurais.

Conforme mencionado, a população chapecoense é em sua maioria urbana (cerca de 91%). Sendo a população rural minoria, esta não pode ser ignorada quanto ao levantamento e mensuração dos dados, pois o espaço rural não pode ser isolado e fragmentado da cidade; ambas partes se configuram na tomada de decisões do poder municipal. Conforme apresentado na figura 5, Chapecó, na área rural apresenta-se distribuída por cinco distritos (Figueira, Alto da Serra, Marechal Bormann, Distrito Sede, Góio-En) que em conjunto apresentam uma população aproximada de 15 mil habitantes (IBGE, 2010), quando comparadas as figuras 7 e 8 (exibidas adiante), percebemos que algumas localidades rurais não apresentam a presença de nenhum estabelecimento de educação. Se a justificativa da presença de determinado estabelecimento é determinada pela demanda do lugar, os estudantes enfrentam problemas como mobilidade para deslocar-se até o estabelecimento mais próximo, considerando que as escolas municipais atendem aos níveis de Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais, somente.

Figura 7: Chapecó e seus distritos.



Fonte: Nascimento (2015).

Nesse sentido, cabe a discussão acerca da política pública em Chapecó, que remete ao acesso às infraestruturas educacionais presentes em tal documento vigente. Dessa forma, farei uso da Lei n° 6.740, de 11 de Agosto de 2015, que trata sobre a educação básica no município, cujo objetivo é identificar como o poder municipal age face a promover o acesso e garantir infraestruturas capazes de atender as demandas de acesso à saúde e educação básica, garantidas como direito básico na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Sendo assim, a elaboração da lei n° 6.740 aprovou o Plano Municipal de Educação - PME, que trata das ações que o município tomará em um período estimado de dez anos nas etapas da educação básica, planos de educação em conjunto com o poder municipal e estadual, tomando medidas e ações para melhorar a qualidade de ensino no município. Para garantir o acesso ao ensino é necessário que o poder público esteja ciente das carências de toda sua população.

Portanto, a lei citada anteriormente objetiva atender as demandas básicas para a educação do município, na área urbana e rural, por meio de um conjunto de ações que visam sanar as demandas da população chapecoense.

A oferta de vagas é definida pelas demandas que existem em determinado lugar. Para Rosa (2011, p. 48), “embora seja recorrente o discurso de que o município é a entidade estatal mais próxima à comunidade, há uma necessidade de se compreender melhor o seu papel em relação à educação infantil, tendo em vista os ordenamentos legais que vêm sendo introduzidos”. Os municípios assumem um papel importante na promoção de políticas públicas para atender as demandas da população. Chapecó historicamente apresenta problemas quanto à oferta de vagas nas creches (primeira etapa da educação básica).

No documento normativo da LDB, cada etapa de ensino envolve uma idade prevista, e em conjunto com a BNCC, cada etapa de ensino escolar envolve diferentes conteúdos e habilidades que os estudantes devem atingir ao concluir cada etapa. O quadro 2, a seguir, apresenta as etapas e as idades que compreendem educação básica:

Quadro 2: Etapas da Educação Básica

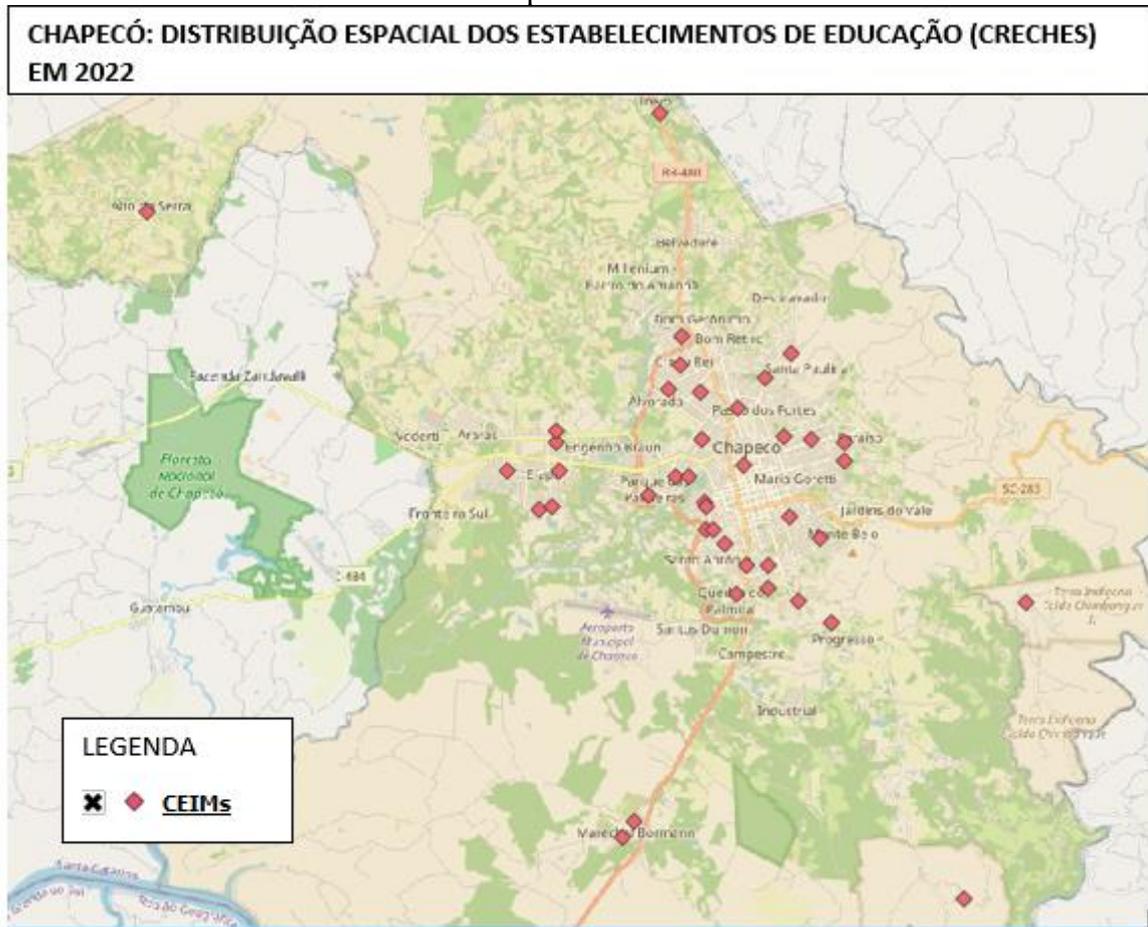
ETAPAS	IDADE	OBSERVAÇÕES
Ed. Infantil	0 a 5anos	obrigatório dos 4 aos 5 anos
Ensino Fundamental	6 aos 10 anos	anos iniciais (1º ano até o 5º ano) obrigatório
Ensino Fundamental	11 aos 14 anos	anos finais (6º ano até o 9º ano) obrigatório
Ensino Médio	15 aos 17* anos	obrigatório até os 18 anos.
Com a reforma do Ensino Médio, ampliou-se a carga horária mínima para o EM.		

Fonte: LDB (Lei n.º 9.394/96).

Elaborado pela autora em 2022.

Diante disso, a figura 8, apresentada a seguir, remete a distribuição socioespacial dos estabelecimentos públicos de educação infantil, denominadas CEIM (Centro de Educação Infantil Municipal). Estas se encontram bem distribuídas ao longo do espaço urbano, porém a observação permite verificar que no centro não há um número significativo de estabelecimentos, fato que pode ser atribuído às condições socioeconômicas favoráveis de quem reside nessa área. Do mesmo modo, os bairros “operários” como Efapi e Santo Antônio são os bairros onde a população de renda baixas e médias é a que necessita dos agentes públicos. Historicamente, as políticas públicas de Chapecó avançaram aquém do necessário em relação a falta de vagas nos Ceim, as demandas pelos centros de educação infantil são crescentes e a falta das vagas para atender a população evidencia que o poder público municipal carece de melhorias.

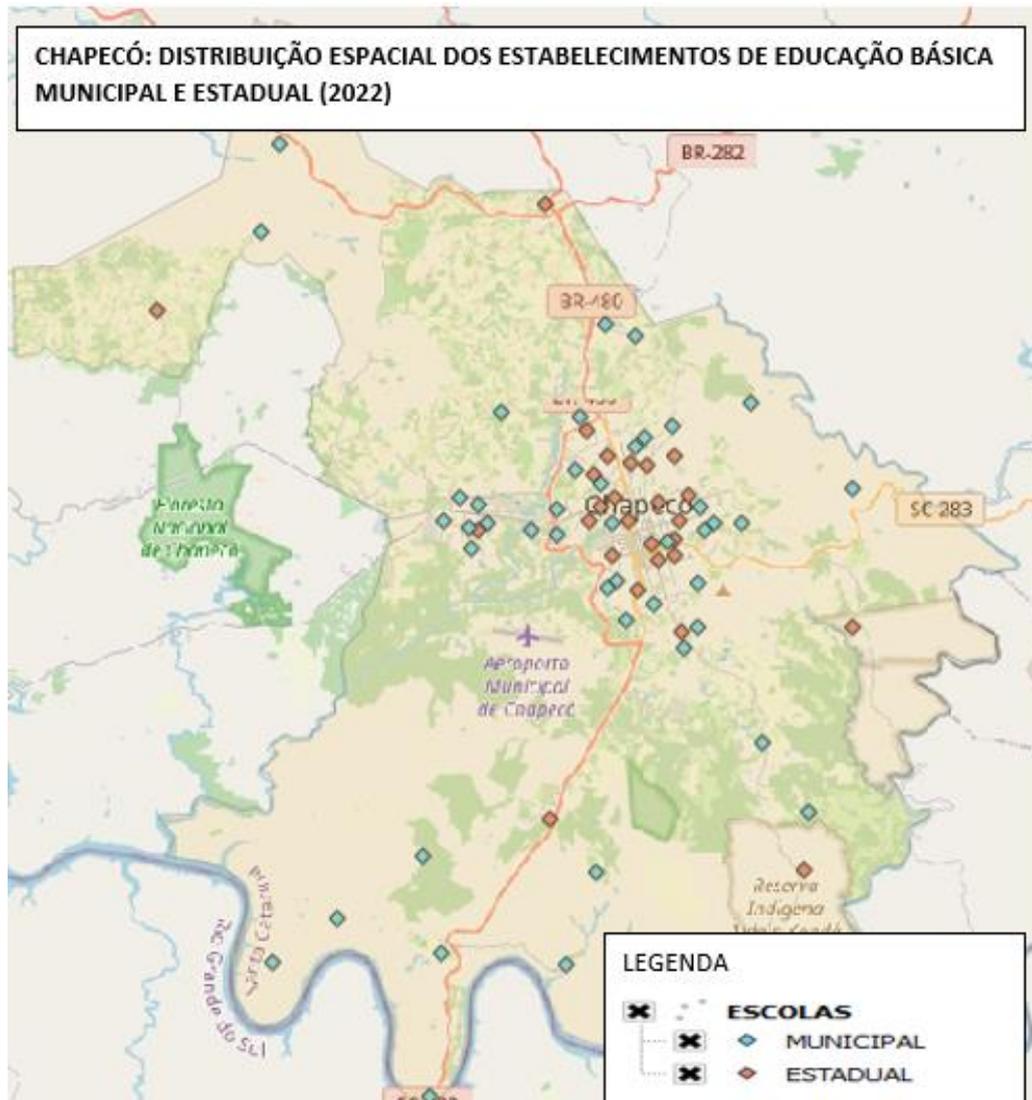
Figura 8 – Distribuição espacial dos estabelecimentos públicos de educação (creches) em Chapecó – 2022.



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do Open Street Map (2022).

A distribuição socioespacial dos estabelecimentos públicos de educação básica remete ao perfil socioeconômico dos bairros. No caso de Chapecó, as escolas públicas estaduais estão distribuídas no espaço de forma parcial nos bairros populosos e mais carentes. A exemplo, o bairro Efapi, o mais populoso, conta com poucos estabelecimentos de educação quando consideramos seu contingente populacional, e o perfil das pessoas que ali residem, percebe-se a falta de infraestruturas capazes de atender as demandas (ver figuras 9 e 10).

Figura 9 – Chapecó: distribuição espacial das escolas de educação básica municipais e estaduais.



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do Open Street Map (2022).

Tais perguntas podem ser atreladas a disponibilidade dos serviços públicos de saúde e educação, uma vez que ambas correlacionadas permitem fazer observações: os bairros mais carentes e populosos são os que apresentam as maiores demandas de serviços públicos; o centro e seus entornos, contam com as melhores condições de renda. Logo, nota-se a presença significativa da iniciativa privada; o perfil socioeconômico da população é reflexo dos serviços que consome, tanto de saúde como de educação.

As reflexões, acerca da temática implicam em considerar que as políticas públicas desempenham um papel importante na organização do espaço, o que significa que disponibilizar somente a estrutura física não é o suficiente para promover a qualidade de vida para a população, as ações dos agentes públicos devem ser tomadas levando em conta o bem estar coletivo de toda a população.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As consequências da rápida urbanização brasileira são percebidas de maneira mais intensa pelas populações mais pobres. A pobreza urbana é um fenômeno presente na maioria das cidades brasileiras, a participação intensa da iniciativa privada é reflexo da globalização.

Em contrapartida, as desigualdades, as políticas públicas surgem com a necessidade de garantir o bem estar social coletivo, dessa forma, ao verificar por meio do mapeamento a distribuição espacial dos estabelecimentos de saúde e educação básica de Chapecó, percebeu-se a importância de uma efetiva significativa distribuição socioespacial das infraestruturas.

Ao se verificar que existem discrepâncias visíveis quanto à questão do acesso aos serviços mencionados, temáticas como acessibilidade, disponibilidade e mobilidade reforçam a noção do planejamento público, pois a população carente é a que mais precisa do público. Quem mais usa os espaços públicos como postos de saúde e escolas públicas são os habitantes com as menores condições de renda, logo, devem ser planejadas políticas públicas considerando tal fator, que é de suma importância.

Contudo, ao analisar dados relacionados a demandas da população de Chapecó, sobre saúde e educação básica visualizar em forma de mapas elaborados a partir dos dados levantados permite verificar que a distribuição geográfica destes estabelecimentos ocorre devido as características territoriais de cada lugar. Existe assim, a possibilidade de analisar como as políticas públicas são importantes e se fazem presentes no território, ainda fica claro que a política nacional do SUS é um importante agente público presente na sociedade.

Quando fazemos tais reflexões, percebe-se que as políticas públicas devem atentar-se às carências e demandas reais da população, e isso significa que disponibilizar somente a estrutura física não é o suficiente para promover a qualidade de vida para a população. As ações dos agentes públicos devem ser tomadas levando em conta o bem estar coletivo de toda a população.

Desse modo, como a temática permite realizar diversas análises geográficas, uma possibilidade de problemática futura para fins de estudos de investigação geográfica pode ser pesquisada, considerando a presença da iniciativa privada em território chapecoense, e como tal fator evidencia as desigualdades socioespaciais.

Por fim, as análises geográficas articuladas a distribuição espacial dos estabelecimentos de saúde e educação básica em Chapecó, reforçam a importância das políticas públicas no território, para garantir o acesso as infraestruturas e promover a cidadania.

4 REFERÊNCIAS

- ALBA, Rosa Salete. As agroindústrias e a produção do espaço urbano de Chapecó. *Revista Cadernos do Ceom*, v. 15, n. 14, p. 301-326, 2001.
- ANDRADE, Marcella Coelho. Políticas públicas nas Constituição Federal de 1988:: avanços e desafios. *CSONline - REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, n. 29, 2019.
- AZAMBUJA, Isabel Spingolon et al. Currículo de educação popular para a educação infantil: limites, tensões e possibilidades a partir da experiência do município de Chapecó-SC. 2012.
- BALBIM, Renato Nunes. *Mobilidade: uma abordagem sistêmica*. 2016.
- CADERNOS DE ATENÇÃO BÁSICA DA SAÚDE.BRASIL.2013. v.1
- CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Cartografia escolar e o pensamento espacial fortalecendo o conhecimento geográfico. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, v. 7, n. 13, p. 207-232, 2017.
- CATALÃO, Igor. Socioespacial ou sócio-espacial: continuando o debate. *Formação (Online)*, v. 2, n. 18, 2011
- CAVALCANTE, Márcio Balbino. As Geotecnologias no ensino da Geografia no século XXI. *Saber Acadêmico*, v. 12, p. 39, 2011.
- BRASIL: CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1989.
- DE ALMEIDA, Lucilene Ferreira. Relação espaço, cidade e educação: delineando possibilidades de pesquisa entre educação e geografia. *GEOSABERES: Revista de Estudos Geoducacionais*, v. 8, n. 15, p. 154-172, 2017.
- CARVALHO BUENO, Paulo Henrique; DE ANDRADE, Carlos Sait Pereira. território e políticas públicas em uma abordagem geográfica. in: *I Congresso Internacional de Desenvolvimento Regional*. p. 170.
- FUJITA, Camila. Chapecó: estrutura e dinâmica de uma cidade média no oeste catarinense. *Geo UERJ*, v. 1, n. 24, p. 312-338, 2013.
- GRETZLER, Cristiane. Chapecó (SC), para além de polo regional, uma cidade média no oeste catarinense. *Dissertação (Mestrado em geografia)*, UFRGS, 2011.
- HARVEY, David. Que tipo de geografia para que tipo de política pública? *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 7, n. 2, p. 485-498, 2017.

HASS, Monica; ALDANA, Myriam; BADALOTTI, Rosana Maria. O Plano Diretor de Chapecó (SC) e a possibilidade de um pacto social à luz dos princípios do Estatuto da Cidade. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 44, n. 3, p. 208-219, 2008.

KOVALSKI, Daniela. Análise das desigualdades socioespaciais urbanas do bairro Efapi, Chapecó (SC). Monografia (graduação em Geografia – Licenciatura), UFFS, 2017.

LEITE, Marcos Esdras; ROSA, Roberto. Geografia e geotecnologias no estudo urbano. *Caminhos de Geografia*, v. 17, n. 17, p. 180-186, 2006.

MOURA, Rosa; OLIVEIRA, Samara; PÊGO FILHO, Bolívar. Escalas da urbanização brasileira. Texto para Discussão, 2018.

NAJAR, Alberto Lopes; MARQUES, Eduardo Cesar. Saúde e espaço: estudos metodológicos e técnicas de análise. Editora Fiocruz, 1998.

NASCIMENTO, Ederson. Chapecó: evolução urbana e desigualdades socioespaciais. In: BRANDT, Marlon; NASCIMENTO, Ederson (org.). *Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015.

NASCIMENTO, Ederson. Urbanização, globalização e exclusão social: reflexões a partir do caso brasileiro. *Revista Geográfica de América Central*, v. 2, n. 57, p. 43-67, 2016.

NASCIMENTO, Ederson. A segregação socioespacial em Chapecó: formação histórico-geográfica e tendências contemporâneas. In: NASCIMENTO, Ederson; VILLELA, Ana Laura Vianna (org.). *CHAPECÓ EM FOCO: textos e contextos sobre o espaço urbano-regional*. São Carlos- SP. Ed. Pedro e João, 2017.

PINTO, Luiz Felipe; SORANZ, Daniel Ricardo. Planos privados de assistência à saúde: cobertura populacional no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 9, p. 85-98, 2004.

RECHE, Daniella. Leis e planos urbanos na produção da cidade: o caso de Chapecó, SC. 2008.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Políticas públicas. *Revista Cidades*, v. 9, n. 16, 2012.

ROSA, Marcia Maria. Políticas Municipais de Educação Infantil: desafios à gestão local a partir da implantação do ensino fundamental de nove anos. *Colóquio Internacional de Educação*, v. 1, n. 1, 2011.

SANCHEZ, Raquel Maia; CICONELLI, Rozana Mesquita. Conceitos de acesso à saúde. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 31, n. 3, p. 260-268, 2012.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo. Edusp.2002.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993a

SANTOS, Milton. *Pobreza Urbana*. 3. ed. SP. Ed: edusp.

SPOSITO, Maria Encarnação B. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 2002.

TEIXEIRA, Vanessa. A espacialidade das políticas públicas no Brasil: aspectos teóricos para agenda da geografia brasileira. Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, n. 39, p. 176-198, 2017.

ZAIDAN, Ricardo Tavares. Geoprocessamento conceitos e definições. Revista de Geografia-PPGEO-UFJF, v. 7, n. 2, 2017.